



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**



**SÃO PAULO**  
**MAIO/2012**



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado ao Tribunal de Contas da União como parte integrante da prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 108/2010 e da Portaria TCU n.º 123/2011.

**SÃO PAULO**  
**MAIO/2012**



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABJE	Associação Beneficente da Justiça Eleitoral
ASFESP	Associação dos Fisioterapeutas do Estado de São Paulo
AQ-PG	Adicional de Qualificação Pós-Graduação
ASSPE	Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições
ATS	Adicional de Tempo de Serviço
CAMPS	Coordenadoria de Assistência Médica e Psico-Social
CAPEMI	Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente
CGMP	Coordenadoria de Gestão de Manutenção Predial
CEMEL	Centro de Memória Eleitoral
CF	Constituição Federal
CJ	Cargo em Comissão
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CGE	Corregedoria Geral Eleitoral
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
DLF	Dispensa de Licitações Federais
DN	Decisão Normativa
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino a Distância
EC	Emenda Constitucional
FC	Função Comissionada
GAJ	Gratificação de Atividade Judiciária
GAS	Gratificação de Atividade de Segurança
GERIM	Sistema de Gerenciamento de Imóveis
IN	Instrução Normativa
ISO	Organização Internacional para Padronização



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MGP	Metodologia de Gerenciamento de Projetos
MPS/SPS	Ministério da Previdência Social / Secretaria de Políticas de Previdência Social.
NC	Nota de Crédito
OGU	Orçamento Geral da União
PAD	Processo Administrativo Digital
PF	Pregão Federal
PJ	Pessoa Jurídica
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PO	Proposta Orçamentária
RG	Relatório de Gestão
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
ScBS	Seção de Benefícios Sociais
ScME	Seção de Manutenção de Edificações
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SEFIP	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SGS	Secretaria de Gestão de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios
SISSOL	Sistema de Solicitações
UNSP	Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
SP	São Paulo
STF	Superior Tribunal Federal
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TRE/SP	Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	Unidade Básica de Saúde
UE	Urna Eletrônica
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
URV	Unidade Real de Valor
VOIP	Voice Over Internet Protocol
VPNI	Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada
VPI	Vantagem Pessoal Identificada
ZE	Zona Eleitoral



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**LISTA DE QUADROS**

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	21
Quadro II – Execução Física e Financeira – Assistência Médica e Odontológica .....	27
Quadro III – Execução Física e Financeira – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes .....	28
Quadro IV – Execução Física e Financeira – Auxílio-Transporte aos Servidores.....	29
Quadro V – Execução Física e Financeira – Auxílio-Alimentação aos Servidores .....	30
Quadro VI – Execução Física e Financeira – Capacitação de Recursos Humanos .....	31
Quadro VII – Execução Física e Financeira – Gestão e Administração do Programa .....	33
Quadro VIII – Execução Física e Financeira – Gestão e Administração do Programa.....	35
Quadro IX – Execução Física e Financeira – Pleitos Eleitorais .....	35
Quadro X – Execução Física e Financeira – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor.....	36
Quadro XI – Execução Física e Financeira – Pagamento de Aposentadorias e Pensões .....	37
Quadro XII – Execução Física e Financeira – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdenciário dos Servidores Públicos Federais.....	38
Quadro XIII – Identificação da Unidade Orçamentária.....	38
Quadro XIV – Programação de Despesas Correntes .....	39
Quadro XV – Programação de Despesas de Capital.....	39
Quadro XVI – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	40
Quadro XVII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	41
Quadro XVIII – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ .....	42
Quadro XIX – Despesa Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ .....	43
Quadro XX – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ .....	44
Quadro XXI – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	45
Quadro XXII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	46
Quadro XXIII – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	47
Quadro XXIV – Indicador n.º 01 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	50



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXV – Indicador n.º 02 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	51
Quadro XXVI – Indicador n.º 03 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	52
Quadro XXVII – Indicador n.º 09 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	53
Quadro XXVIII – Indicador n.º 10 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	54
Quadro XXIX – Indicador n.º 12 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	55
Quadro XXX – Indicador n.º 15 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	56
Quadro XXXI – Indicador n.º 16 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	58
Quadro XXXII – Indicador n.º 17 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	59
Quadro XXXIII – Indicador n.º 20 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	61
Quadro XXXIV – Indicador n.º 21 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	62
Quadro XXXV – Indicador n.º 24 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	63
Quadro XXXVI – Indicador n.º 29 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	64
Quadro XXXVII – Indicador n.º 31 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	65
Quadro XXXVIII – Indicador n.º 32 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	66
Quadro XXXIX – Indicador n.º 33 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	67
Quadro XL – Indicador n.º 35 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	68
Quadro XLI – Indicador n.º 37 da Resolução TRE/SP 213/2009 .....	68
Quadro XLII – Indicador n.º 38 da Resolução TRE/SP 213/2009.....	69
Quadro XLIII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	70
Quadro XLIV – Força de Trabalho .....	72
Quadro XLV – Situações que Reduzem a Força de Trabalho .....	72
Quadro XLVI – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ 73	
Quadro XLVII – Quantidade de Servidores por Faixa Etária.....	73
Quadro XLVIII – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade .....	74
Quadro XLIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos .....	74
Quadro L - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão .....	75
Quadro LI – Composição do Quadro de Estagiários .....	75
Quadro LII – Quadro de Custos .....	76
Quadro LIII – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos	78
Quadro LIV – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados .....	78
Quadro LV – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para	



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Substituição de Terceirizados .....	78
Quadro LVI - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	79
Quadro LVII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	80
Quadro LVIII – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar a DBR.....	82
Quadro LIX - Estrutura de Controles Internos da UJ .....	83
Quadro LX – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	85
Quadro LXI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	89
Quadro LXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros..	89
Quadro LXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do TRE/SP .....	90
Quadro LXIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do TRE/SP .....	91
Quadro LXV – Gestão de TI da UJ .....	92
Quadro LXVI – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício ..	93
Quadro LXVII – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	94
Quadro LXVIII – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	95
Quadro LXIX – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício ..	96
Quadro LXX – Situação das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	97
Quadro LXXI – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	99
Quadro LXXII – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	100
Quadro LXXIII – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	101
Quadro LXXIV - Relação dos Diretórios de Partidos do Estado.....	103
Quadro LXXV - Relação dos Diretórios de Partidos do Estado.....	104
Quadro LXXVI – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos .....	105
Quadro LXXVII – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência .....	106
Quadro LXXVIII – Diretórios Estaduais que não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2010 .....	106
Quadro LXXIX – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos .....	107





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## SUMÁRIO

<b>ORGANOGRAMA FUNCIONAL</b> .....	11
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	18
<b>1 – INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA</b> .....	21
<b>2 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE</b> .....	23
2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	23
2.1.1 – Competência Institucional.....	23
2.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	23
2.2.1 – Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade .....	26
2.2.2 – Análise do Plano de Ação da Unidade .....	26
2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	26
2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ .....	26
2.3.2 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ .....	27
2.4 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO .....	38
2.4.1 – Programação Orçamentária das Despesas .....	38
2.4.2 – Execução Orçamentária das Despesas.....	42
2.4.3 – Indicadores Institucionais Relacionados a Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico deste Tribunal.....	49
<b>3 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b> .....	70
<b>4 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE</b> .....	72
4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FORÇA DE TRABALHO.....	72
4.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS .....	74
4.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	75
4.4 – QUADRO DE CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	76
4.5 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	78
4.6 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	81
<b>5 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10/11/1993, QUANTO À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.</b> .....	82
<b>6 – INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b> .....	83



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

<b>7 – INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>85</b>
<b>8 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....</b>	<b>89</b>
<b>9 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....</b>	<b>92</b>
<b>10 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....</b>	<b>93</b>
<b>11 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....</b>	<b>102</b>
<b>12 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO COMO PREVISTO NOS ARTS. 40 A 43 DA LEI N.º 9.096/95, BEM COMO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DA DN TCU 107/2010.....</b>	<b>103</b>
<b>13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO I – Declaração do Responsável pelo Sistema SIASG.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO II – Declaração do Contador.....</b>	<b>110</b>



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## **ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

A estrutura organizacional está descrita no Regimento Interno do TRE/SP, publicado no DOE – Caderno 1, Parte I – páginas 149 a 153, de 09/12/2003, com as alterações promovidas pelos Assentos Regimentais 01, 02, 03, 04 e 05, bem como no Regimento Interno da Secretaria, aprovado pela Resolução n.º 09/2009, publicado no DJE de 16/11/2006, alterada pelas Resoluções de n.ºs 212/2009 e 232/2011, estabelece a organização, a composição, a competência, o funcionamento deste Tribunal e regula os procedimentos administrativos e jurisdicionais que são atribuídos pela Constituição Federal.

O TRE/SP tem sua jurisdição em todo o Estado de São Paulo e sua sede localiza-se na capital, possuindo 58 Cartórios Eleitorais na capital e 367 no interior.

A estrutura administrativa compreende: Órgãos de Assistência Direta e Imediata do Presidente, Procuradoria Regional Eleitoral, Corregedoria Eleitoral, Escola Judiciária Eleitoral, Órgãos de Assistência Direta e Imediata à Diretoria-Geral e Órgãos de Direção Superior.

Os Órgãos de Assistência Direta e Imediata do Presidente são compostos por Assessoria e Gabinete da Presidência, com a competência de assistir o Presidente no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, no exercício de sua gestão administrativa e de sua função jurisdicional.

À Procuradoria Regional Eleitoral, em síntese, compete representar o Tribunal visando assegurar a fiel observância das leis eleitorais, requisitar diligências, expedir instruções aos Promotores Eleitorais, funcionar junto à Comissão Apuradora de Eleições, acompanhar como parte ou como fiscal da lei a realização de audiência nos processos de investigação judicial, no âmbito da competência deste Tribunal.

À Corregedoria Eleitoral, dentre suas atribuições, compete substituir o presidente na sua ausência, inspeção e correição dos serviços eleitorais do Estado, presidir sindicância contra juízes eleitorais determinar a apuração de notícia de crime eleitoral, verificar a existência de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando, por provimento ou circular, a providência a ser tomada ou corrigenda a fazer-se.

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) tem por finalidade promover a realização de cursos de capacitação, formação e pós-graduação de magistrados e servidores, voltados às áreas de conhecimento diretamente ligadas à Justiça Eleitoral, especificamente o Direito Público, com ênfase no Direito Eleitoral. A sua organização e o seu funcionamento estão disciplinados em norma específica.

Os Órgãos de Assistência Direta e Imediata à Diretoria-Geral são unidades de apoio administrativo e de informações jurídicas e compreendem o Gabinete, a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições e a Assessoria de Comunicação Social.

A Diretoria-Geral tem a incumbência de planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar todas as atividades de apoio judiciário e administrativo à ação deste Tribunal.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Às unidades de assessoramento à Diretoria-Geral, em síntese, competem-lhes:

- 1) Assessoria Jurídica: emitir pareceres jurídicos em processos de compras, licitações, locações e assuntos referentes à legislação de pessoal;
- 2) Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições: assistir o Diretor-Geral na coordenação do planejamento estratégico e na definição de metas, estratégias e planos de ação;
- 3) Assessoria de Comunicação Social: definir as estratégias de comunicação do Tribunal nos planos externos e institucional, organizar as cerimônias de diplomação dos eleitos nas eleições estaduais, orientar as Zonas Eleitorais do Estado sobre a solenidade e diplomação municipal.

Entre os Órgãos de Direção Superior imediatamente vinculados à Diretoria-Geral estão: Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração de Material, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Serviços, Secretaria de Orçamento e Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Cada Secretaria subdivide-se em coordenadorias, estas em seções, sendo que competem a estes dois níveis hierárquicos orientar e executar atividades de suas unidades, além de assistir seus superiores hierárquicos nas atividades inerentes à sua área de atuação.

A Secretaria de Controle Interno tem por finalidade acompanhar, avaliar e orientar auditorias e fiscalizações, visando ao cumprimento de seus objetivos constitucionais, examinar a regularidade legal e formal das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa deste Tribunal e analisar atos de gestão relacionados com a execução orçamentária e financeira.

Registre-se que em Sessão Administrativa foi aprovada a Ata da 9164ª em 17 de novembro de 2009, publicado no DOE de 24/11/2009, a vinculação direta da Secretaria de Controle Interno à Presidência deste Regional, em atendimento à determinação da Resolução CNJ n.º 86/2009.

A Secretaria Judiciária tem por finalidade desenvolver as atividades referentes aos atos judiciais e partidários, nos processos de competência do Tribunal; registrar e conservar, de forma sistemática, a documentação de natureza específica de suas atividades; promover-lhe a divulgação; supervisionar e fornecer o apoio técnico necessário às sessões do Tribunal.

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem por finalidade organizar e supervisionar as atividades de sistematização dos procedimentos para realização de eleições, com manutenção do cadastro de eleitores, de suporte técnico, e desenvolver ações para manter a infraestrutura das redes locais de computadores.

A Secretaria de Orçamento e Finanças tem por finalidade planejar, coordenar, orientar, controlar, comandar e supervisionar as atividades de administração orçamentária e financeira deste Tribunal.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

A Secretaria de Gestão de Serviços tem por finalidade realizar os serviços de manutenção e reparos dos bens permanentes e de conservação, manutenção, obras, projetos, reformas e melhorias das instalações físicas do Tribunal, bem como outros serviços de apoio geral às atividades administrativas.

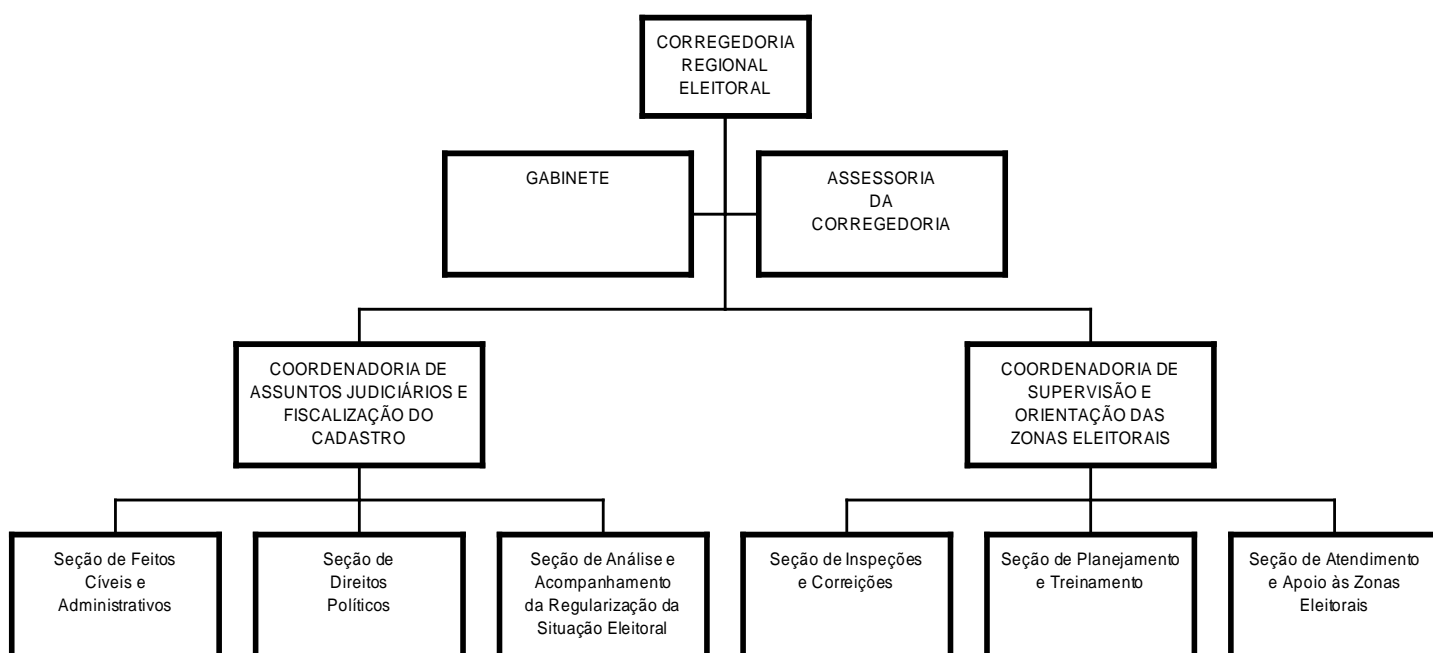
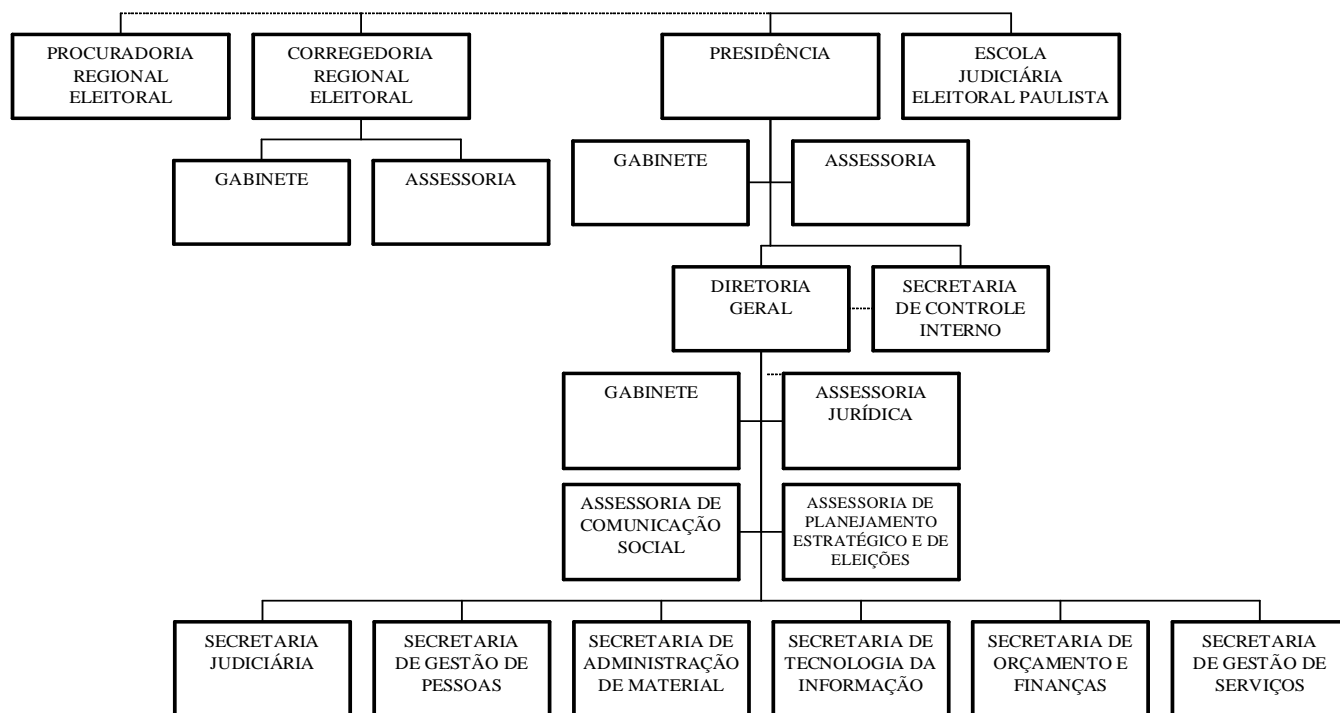
A Secretaria de Gestão de Pessoas tem por finalidade desenvolver as atividades relativas aos registros funcionais dos servidores ativos, requisitados, inativos e dos pensionistas, aos assentamentos das autoridades da Justiça Eleitoral, à gestão de benefícios, à análise dos direitos e deveres estabelecidos pela legislação de pessoal, à elaboração da folha de pagamento, ao treinamento e desenvolvimento dos servidores e à assistência médica e social.

A Secretaria de Administração de Material tem por finalidade gerenciar e conduzir os procedimentos licitatórios, visando à contratação de serviços e aquisição de bens, administrar a estrutura patrimonial deste Tribunal, gerenciar e acompanhar atividades afetas à gestão de material



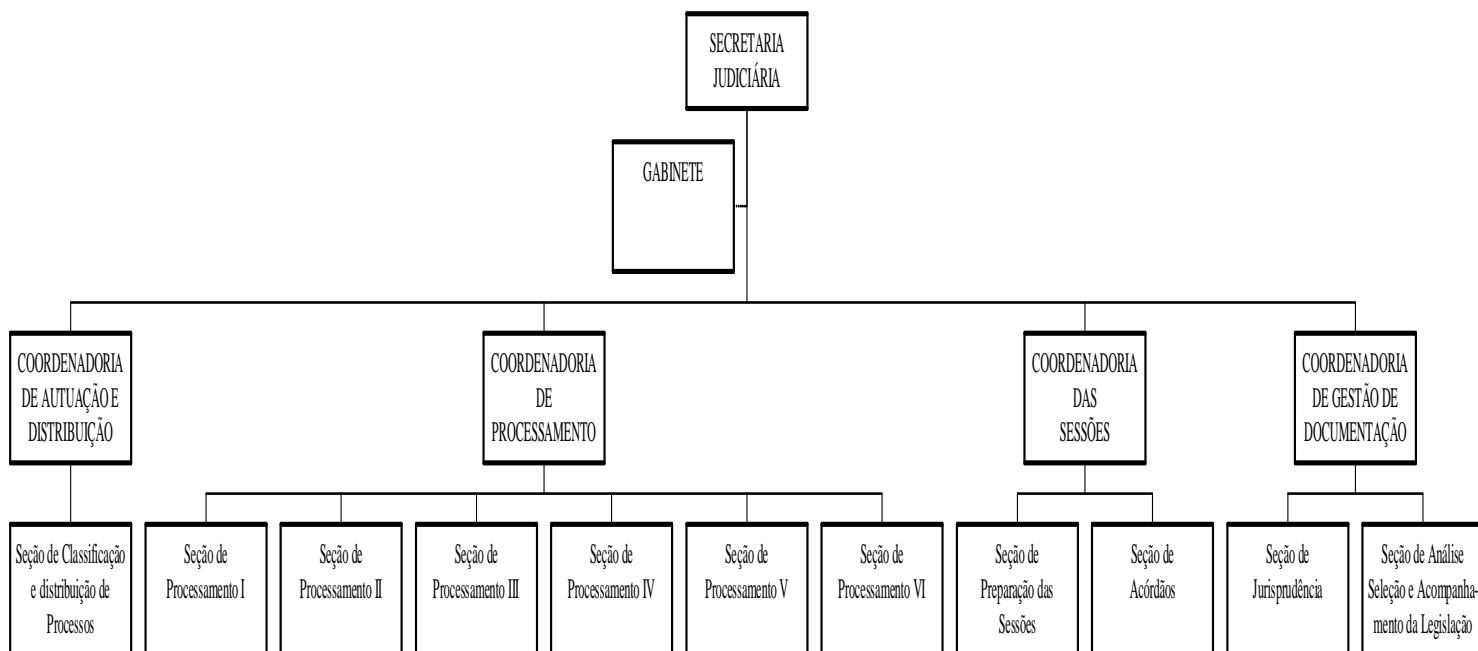
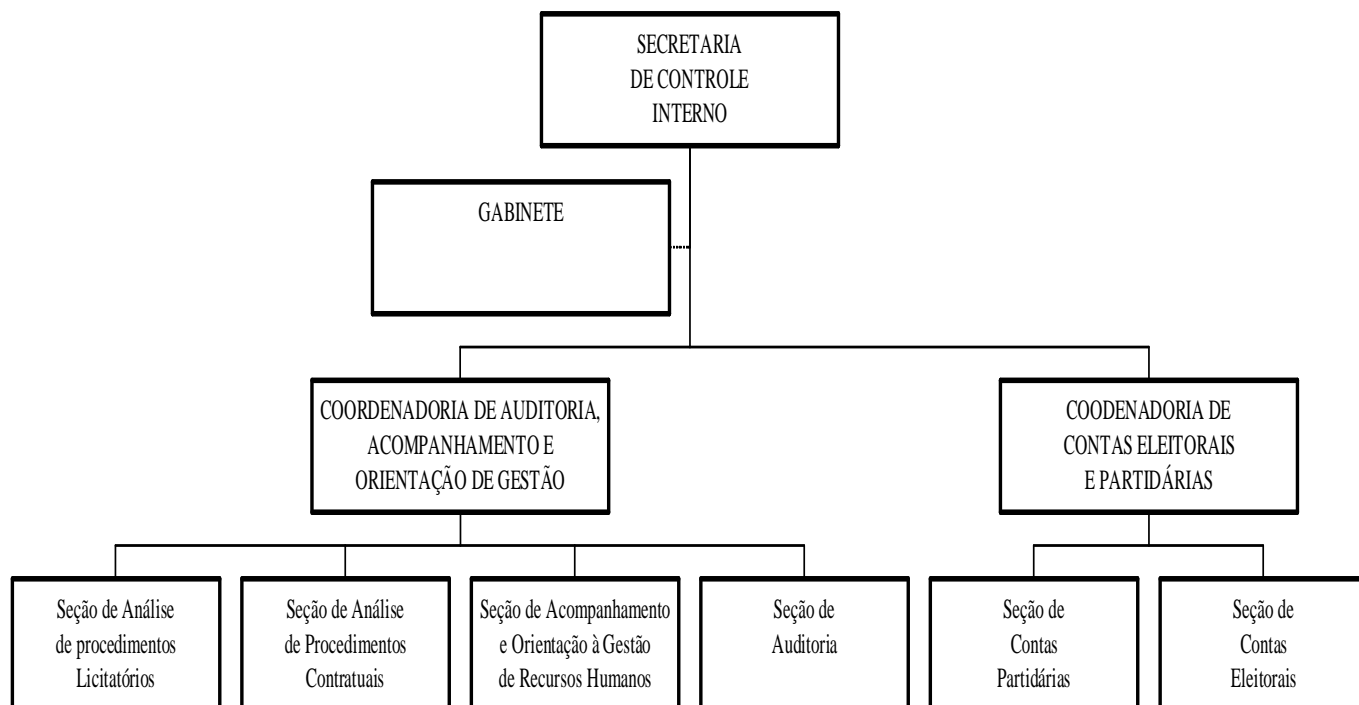
**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**



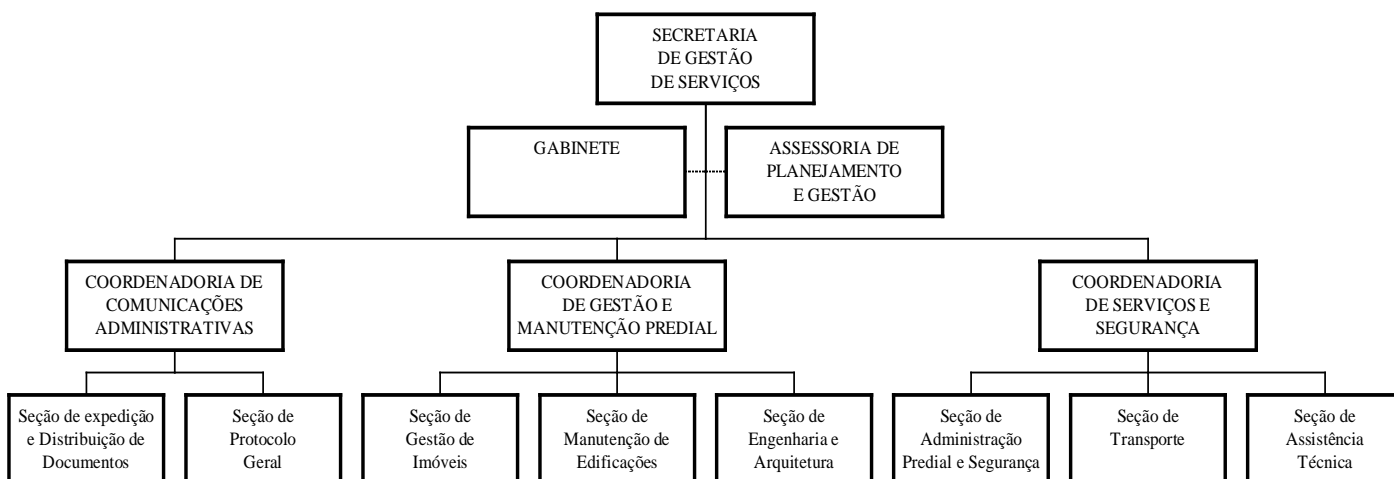
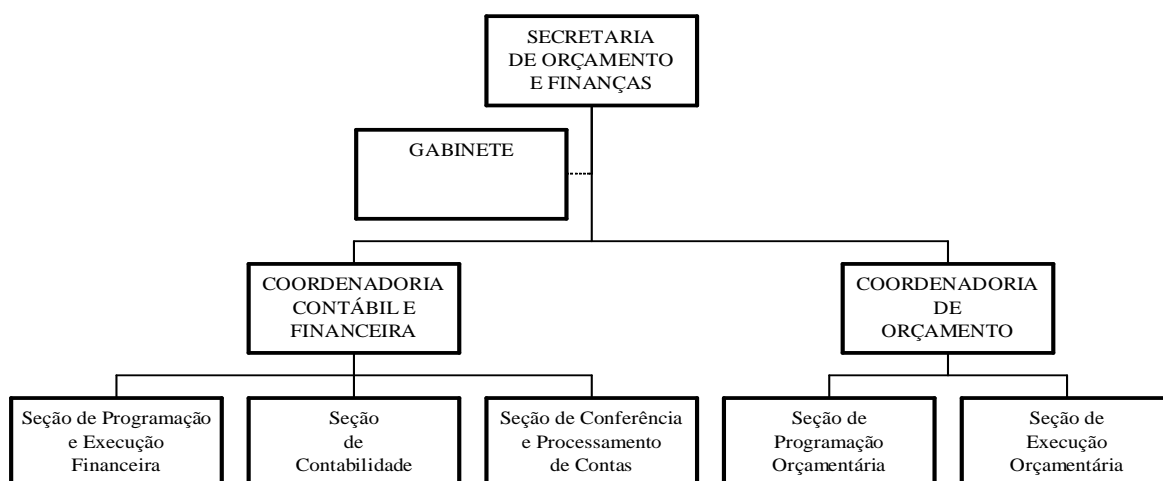
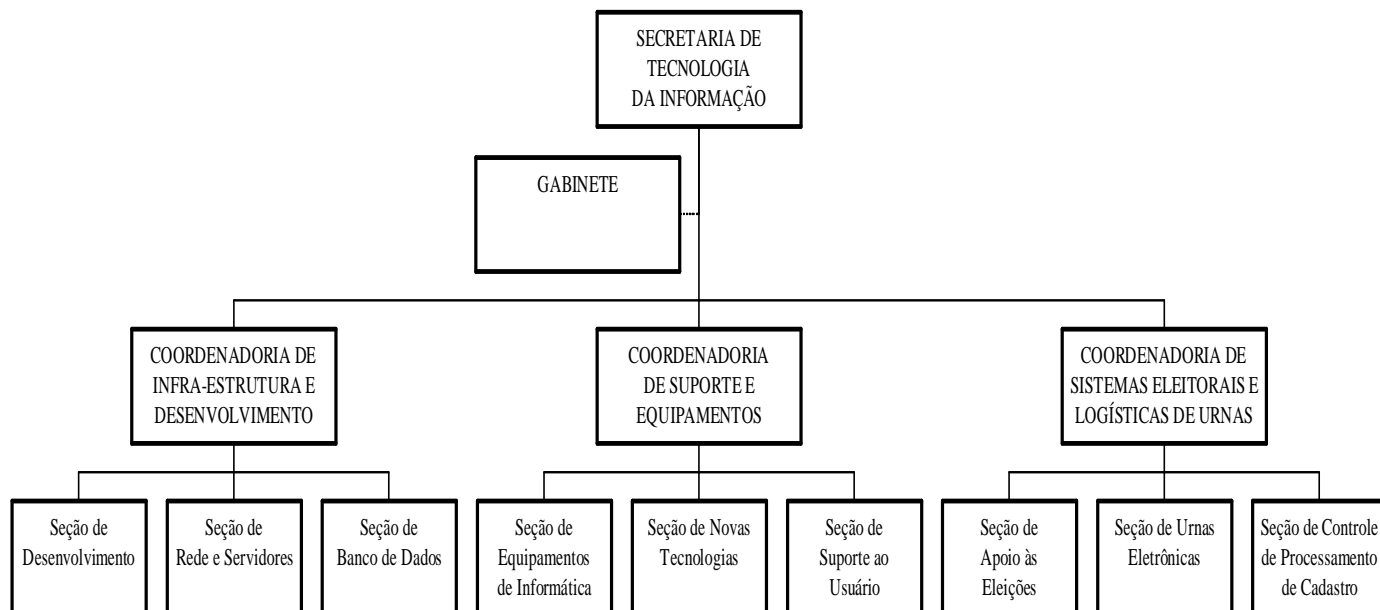


**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**





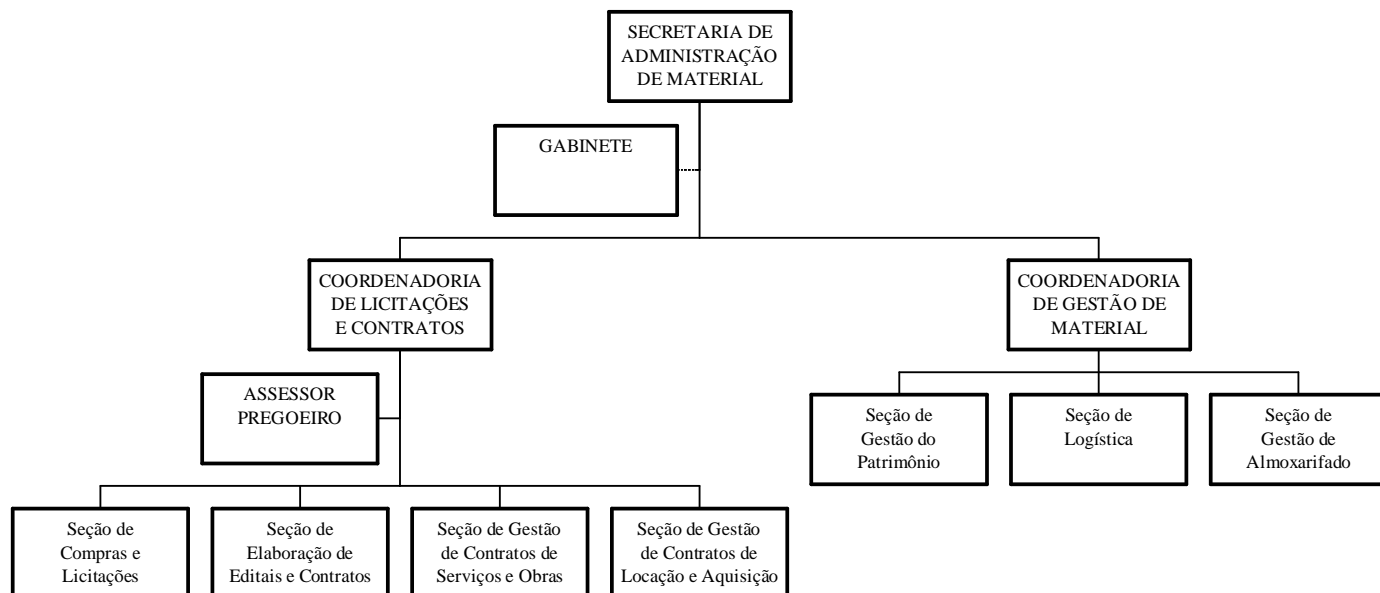
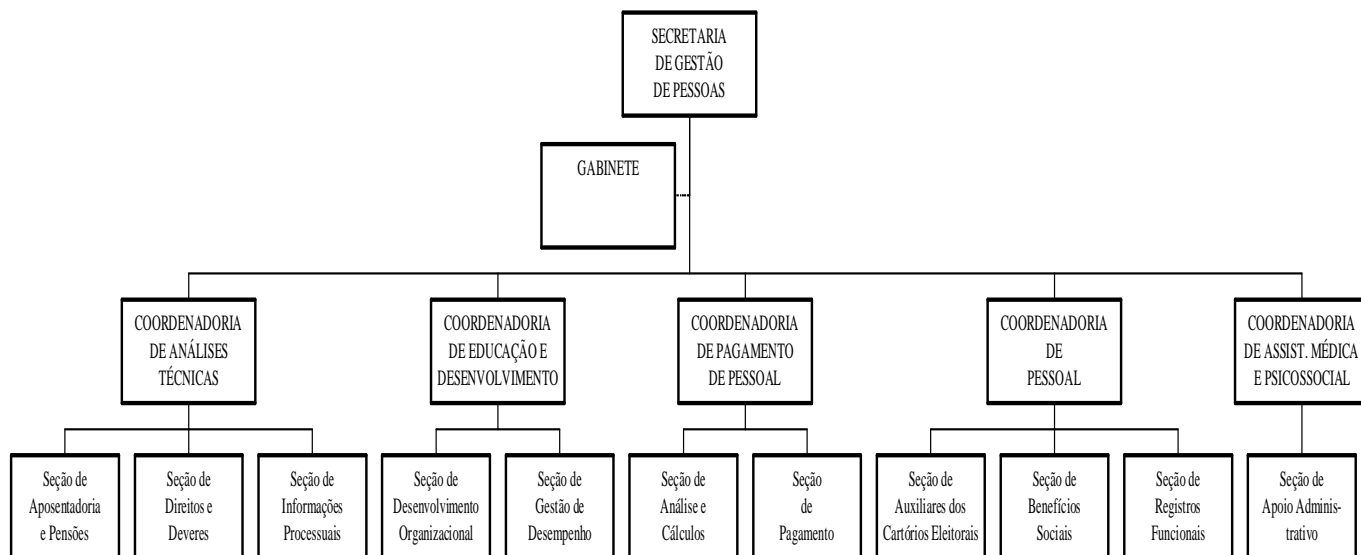
**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**







**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## **APRESENTAÇÃO**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, apresenta à sociedade o Relatório de Gestão 2011, retratando as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2011, com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa n.º 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 108, de 24 de novembro de 2010 e Portaria n.º 123, de 12 de maio de 2011, todos atos emanados do Tribunal de Contas da União.

O presente relatório está estruturado e organizado de forma a seguir a ordem constante do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 108/2010 e foi preenchido conforme a Portaria TCU n.º 123/2011.

O item 14 do Anexo II da DN n.º 108/2010, relativo às informações sobre Renúncia Tributária, não se aplica à realidade desta Unidade Jurisdicionada.

No período em análise, não houve registro no sistema SIAFI/2011 de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 3 do Anexo II da DN n.º 108/2010), não foram feitas transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2011 (item 6 do Anexo II da DN n.º 108/2010) e não houve a utilização de cartões de pagamento do governo federal (item 13 do Anexo II da DN n.º 108/2010).

No que tange às principais realizações da gestão no exercício de 2011, destacam-se:

**1. Continuidade à implantação da biometria com revisão do eleitorado dos municípios de Itupeva e Jundiaí.** Para tanto, Centrais de Atendimento Biométrico foram criadas a fim de atender um público de aproximadamente 300 mil eleitores.

Em maio/2011 foi inaugurada a Central de Atendimento ao Eleitor em Itupeva. No local 7 kits biométricos foram instalados para atender os 27.500 eleitores do município. Até o final de novembro de 2011, 21.398 eleitores tinham sido recadastrados, representando 77% do eleitorado. Também foram alistados 1.410 cidadãos e transferidos 5.974 para o município de Itupeva; e, em julho/2011, foi inaugurada a Central de Atendimento Biométrico em Jundiaí com 41 kits biométricos e 17 guichês. Em novembro/2011, a Central funcionava com cerca de 130 funcionários, sendo 65 deles cedidos pelo Governo do Estado de São Paulo.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

A biometria na capital está sendo implantada gradativamente. Das 58 zonas eleitorais na cidade, 14 iniciaram o atendimento pelo sistema biométrico: Bela Vista, Santana, Valo Velho, Santo Amaro, Indianópolis, Capela do Socorro, Campo Limpo, Cidade Ademar, Grajaú, Piraporinha, Capão Redondo, Parelheiros, Jardim São Luiz e Pedreira.

2. Entre 3 e 7 de outubro de 2011, ocorreu a “Semana de Alistamento Eleitoral” nos Cartórios Eleitorais de São Paulo, que ampliaram seu horário de atendimento para receber o eleitor. O projeto, desenvolvido pela Corregedoria Regional Eleitoral, objetivou reduzir a demanda de eleitores no final de alistamento, que ocorre em anos eleitorais. Foram atendidos 80.418 eleitores.

A ação foi amplamente divulgada no site do TRE/SP, no *Twitter* e nas emissoras de rádio e TV de todo o Estado. Foram feitos e distribuídos 19.460 cartazes e 395 mil folhetos nas escolas e espalhados em áreas escolhidas pelos chefes de cartório.

A Semana do Alistamento Eleitoral teve como foco principal o público jovem. Tanto nos cartazes e folhetos como nas propagandas de rádio e TV houve sempre uma chamada especial para ele, pois a expectativa era que o projeto ajudasse a aumentar o número de jovens eleitores na faixa etária entre 16 e 17 anos. Contudo, não houve prejuízo de atendimento a qualquer outro eleitor.

3. Continuidade ao trabalho de inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no processo eleitoral. O número de seções eleitorais especiais em todo o Estado passou de 1.905 (2010) para 6.325 (2011), sendo 1.772 seções especiais na capital e 4.553 no interior.

Com objetivo de levar acessibilidade a todos os locais de votação e discutir melhorias para facilitar a inclusão de todos os cidadãos no processo democrático, o Presidente do TRE/SP encontrou-se com representantes de diversos segmentos da sociedade, como a União dos Vereadores do Estado de São Paulo, a Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência, Secretaria da Educação, as Secretarias Municipais da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e de Infraestrutura Urbana e Obras, a Procuradoria Regional Eleitoral, entre outras entidades e autoridades ligadas ao tema.

O Tribunal tem promovido esforços junto às Prefeituras, ao Governo do Estado e aos responsáveis pelas escolas particulares a fim de que sejam tomadas providências para adaptação dos locais de votação. Isso porque as seções eleitorais funcionam em escolas estaduais, municipais e particulares e muitas vezes não estão adequadas para o amplo acesso.

Daí a importância da parceria entre a Justiça Eleitoral e os diversos setores do poder público e da sociedade civil. Atualmente existem seções acessíveis em todas as 424 zonas eleitorais do Estado, mas a meta é que todos os locais de votação tenham pelo menos uma seção adaptada aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida.

4. Implantação de uma ouvidoria desde julho de 2011 para receber reclamações,



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

sugestões, denúncias, críticas e elogios.

A Ouvidoria é mais um canal de comunicação com o público externo e vai possibilitar ao Tribunal identificar a qualidade dos serviços prestados, apurar eventuais reclamações, dar publicidade das providências adotadas referentes às manifestações recebidas e buscar a melhoria de sua atuação. E-mail: [ouvidoria@tre-sp.gov.br](mailto:ouvidoria@tre-sp.gov.br). Telefone (11) 3130-2100.

Quanto aos planos e projetos para o exercício de 2012, estão em andamento:

**1.** A Carta de Serviços ao Cidadão, com uma linguagem simples e de fácil entendimento, foi elaborada com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços ofertados pelos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo e, ainda, estimular a participação do cidadão na avaliação dos serviços prestados por esta Instituição.

Essa Carta foi elaborada com base nos preceitos contidos no Decreto n.º 6.932, de 11/08/2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado ao cidadão, as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, instituído pelo Decreto n.º 5.378, de 23/02/2005, e o Plano Estratégico do TRE/SP 2010/2014, definido pela Resolução TRE/SP n.º 213, de 17/12/2009.

A primeira etapa do projeto consistiu na elaboração em 2011 da Carta de Serviços ao Cidadão do TRE/SP, pela Comissão instituída na Portaria TRE/SP n.º 132/2011, com a colaboração da Corregedoria Regional Eleitoral, da Assessoria de Planejamento Estratégico, das Secretarias do Tribunal Regional e das diversas Zona Eleitorais do Estado.

A segunda etapa, a ser desenvolvida em 2012, consiste na implantação da carta de serviços em todo o Estado de São Paulo, com ampla divulgação. Inclui-se, nessa etapa, o monitoramento das ações relacionadas ao atendimento ao público, visando corrigi-las e aperfeiçoá-las a fim de assegurar a satisfação do cidadão e dos propósitos assumidos.

**2.** Projeto “Visitas Monitoradas” elaborado pelo Centro de Memória Eleitoral – CEMEL, com o objetivo de mostrar aos jovens estudantes (alunos do 9º ano, entre 14 e 15 anos) a importância do poder do voto e o papel da Justiça Eleitoral na construção da democracia e da cidadania. Durante a visita, os alunos percorrem a exposição histórica conhecendo um pouco da história da Justiça Eleitoral, participam de palestra sobre cidadania, voto e eleições, bem como visitam a sessão de julgamento da Corte.

Devido ao grande êxito obtido, o CEMEL propôs a continuidade do projeto no ano de 2012, com visitas a serem realizadas no mês de março, primeira quinzena de abril e segunda quinzena de maio.

Ao final da visita, todos os futuros eleitores recebem a Cartilha do Jovem Eleitor.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## 1 – INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Justiça Eleitoral		Código SIORG: não há
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo		
Denominação abreviada: TRE/SP		
Código SIORG: não há	Código LOA: 14124	Código SIAFI: 070018
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 84.23-0-00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3130-2174	(011) 3130-2114
E-mail: <a href="mailto:sccont@tre-sp.gov.br">sccont@tre-sp.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.tre-sp.jus.br">http://www.tre-sp.jus.br</a>		
Endereço Postal: Rua Francisca Miquelina, 123 – Bela Vista , CEP 01316-900, São Paulo/SP		
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Instituído pelo Decreto-Lei n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, com as atribuições elencadas na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 e o Código Eleitoral – Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965.		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
Regimento Interno do Tribunal, publicado no DOE, de 04/12/2003.		
A estrutura administrativa foi regulamentada pelo Regimento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, aprovado pela Resolução TRE/SP n.º 209/2009, publicada no DJU 1 de 16/11/2009, alterada pela Resolução TRE/SP n.º 212, de 01 de dezembro de 2009, publicada no DJU 1 em 03/12/2009.		
No exercício de 2008, a estrutura orgânica foi alterada e aprovada em Sessões Administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, pela Ata da 8865ª Sessão, de 01/04/2008 – publicada no DOE de 07/04/2008 e Ata da 8953ª Sessão, de 04/09/2008 – publicada no DOE de 09/09/2008.		
No exercício de 2009 a estrutura orgânica foi alterada pela Resolução TRE/SP n.º 208, de 10/11/2009, publicada no DOU, seção 1 em 12/11/2009, alterada pela Resolução TRE/SP n.º 212, de 01/12/2009, publicada no DOU, seção 1 em 03/12/2009.		
As alterações ocorridas no exercício de 2010 estão dispostas na Portaria n.º 97, publicado no Diário Oficial da União de 20/03/2010, seção 2, página 44.		
No exercício de 2011 a estrutura orgânica foi alterada pela Resolução n.º 232/2011, publicado No D.J.U 1 de 28/02/2011		



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada

<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b> O Relatório de Atividades do TRE apresenta informações de todas as ações realizadas pelo Tribunal no período de 2010 a 2011, visando à transparência e publicidade da administração à sociedade, com observância da eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.	
<b>2 – PAULISTÂNIA ELEITORAL – ENSAIOS, MEMÓRIAS, IMAGENS</b> A obra é relativa à comemoração de 80 anos de criação da Justiça Eleitoral e foi feita em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. O livro percorre os fatos mais significativos da Justiça Eleitoral, desde sua instituição em 1932, passando pelo golpe militar entre 1964 a 1985, até os dias atuais. Entre os que colaboraram na confecção dos textos estão jornalistas, acadêmicos, funcionários e ex-funcionários da Justiça Eleitoral, além da equipe do Centro de Memória Eleitoral do TRE/SP.	
<b>3 – TWITTER</b> Em 2011, o Tribunal deu mais um passo rumo à transparência ao aprovar o projeto Comunicação Cidadã, que ampliou de forma significativa a presença do TRE/SP no ciberespaço. O TRE começou a publicar notícias via <i>twitter</i> em junho de 2011 por meio do endereço <i>@tre-sp.jus.br</i> . Além dos <i>releases</i> disponibilizados no site, houve a divulgação de notas sobre julgamentos, pautas das sessões, principais prazos do calendário eleitoral e informações de interesse dos partidos políticos, eleitores, advogados e jornalistas. Com esse canal, as informações passaram a ser disponibilizadas com a agilidade característica do <i>microblog</i> , sem perder de vista o cuidado com a apuração da informação.	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
70018	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
070018	00001



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## **2 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE**

### **2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE**

#### **2.1.1 – Competência Institucional**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo é órgão integrante do Poder Judiciário, conforme artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15/07/1965), e em seu Regimento Interno, publicado em 04 de dezembro de 2003, tais como: alistamento eleitoral; registro e cassação do registro de candidatos; divisão eleitoral do país, se não disciplinada em lei; fixação das datas das eleições, se não previstas em lei ou na Constituição; julgamento de impugnações de candidaturas e das arguições de inelegibilidade; fiscalização da propaganda eleitoral; julgamento de crimes eleitorais; organizar e administrar o cadastro nacional de eleitores do Estado; organizar, realizar e apurar eleições para preenchimento de cargos públicos eletivos, cabendo-lhe, ainda, atribuição de natureza administrativa e expedições de diplomas aos eleitos.

Alinhado às suas competências constitucionais este Regional adotou como Missão Institucional “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”, conforme consta do planejamento estratégico deste Tribunal, Resolução TRE/SP n.º 213/2009.

#### **2.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

O planejamento estratégico é um processo voltado à gestão da organização, adotado pelo Poder Judiciário no intuito de contribuir para a construção de um Judiciário mais atuante, mais ágil e mais atento aos anseios da sociedade. Trata-se de colocar em prática mudanças que proporcionem maior produtividade e melhor qualidade dos serviços prestados, atendendo aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade. Mobilizando a organização para atingir seus objetivos e construir o seu futuro.

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ criou a sistemática de estabelecer, anualmente, durante o Encontro Nacional do Judiciário o conjunto de metas nacionais a serem atingidas por todos os integrantes do Poder Judiciário, com o objetivo de minorar as diferenças entre os segmentos do Judiciário, torná-lo menos moroso, mais eficiente, moderno e acessível ao cidadão.

Para o ano de 2011, foram definidas quatro grandes linhas de atuação, quais sejam: atuar na comunicação da estratégia do TRE/SP, desenvolver a cultura de mapeamento de processos de trabalho, implementar o escritório corporativo de projetos e promover o planejamento integrado para as eleições 2012.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Sobre essas ações segue a síntese abaixo:

**1. Divulgação do Planejamento Estratégico**

O plano de divulgação foi executado em 2 etapas.

A 1ª etapa, realizada no período de 17 de outubro a 19 de dezembro de 2011, consistiu na publicação das instruções com o objetivo de facilitar a compreensão das diretrizes traçadas no Plano Estratégico deste Tribunal por meio das “Lições iniciais sobre o Planejamento Estratégico” disponibilizadas no ambiente EAD da intranet em conjunto com a realização de pesquisa interna com a finalidade de verificar o grau de alinhamento dos servidores ao Planejamento Estratégico. Participaram desta etapa 632 servidores, dentre os lotados na Secretaria deste Tribunal e nos Cartórios Eleitorais.

A 2ª etapa, desenvolvida no período de 18 de novembro a 2 de dezembro de 2011, abrangeu 5 encontros presenciais voltados aos servidores da Secretaria e chefes de cartório das Zonas Eleitorais da Capital, onde foram abordados os principais temas de interesse do plano estratégico do TRE/SP, em especial a gestão de processos organizacionais, a gestão de projetos e a gestão por competências. Participaram desta etapa 240 servidores.

**2. Mapeamento de Processos**

Visando a implementação da meta prioritária n.º 5 de 2010: “implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau”, bem como atender ao projeto estratégico n.º 15, da Resolução TRE/SP n.º 213/2009 - “Implantar a Gestão dos Processos de Trabalho”.

Esta ação iniciou-se com a capacitação de 50 servidores dos Cartórios Eleitorais e da Secretaria, com a transmissão de conceitos sobre metodologias, técnicas e a realização de exercícios práticos.

Assim, no período de 9 a 13 de maio de 2011, foram mapeados os seguintes processos de trabalho:

- Procedimento de seleção, nomeação, treinamento e controle de comparecimento de mesários;
- Procedimento de seleção e requisição dos locais de votação;
- Procedimentos envolvidos na recepção e análise das prestações de contas de campanha.

No período de 31 de maio a 10 de junho de 2011, as 424 Zonas Eleitorais do Estado foram convidadas a conhecer o trabalho até então realizado e participar de discussão fomentada em fórum específico, criado na Intranet, apresentando críticas, sugestões e oportunidades de melhoria às 3 (três) rotinas documentadas.

A terceira fase do projeto consistiu na realização de oficinas para apreciação e a validação dos processos mapeados no primeiro encontro, bem como a elaboração do descritivo dos fluxogramas criados, visando a confecção de manual de trabalho, tendo sido realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2011 e contou com a participação de servidores de Cartórios Eleitorais e da Secretaria do Tribunal.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

A 4ª fase foi a fase de aferição do conhecimento teórico-prático individual, para fins de obtenção de certificação dos participantes como multiplicadores em mapeamento de processos, no mês de outubro de 2011.

Com base no aprendizado obtido na referida capacitação e nas oficinas, elaborou-se o Manual de Gestão de Processos Organizacionais, o qual apresenta informações sobre a metodologia a ser empregada pelo TRE/SP na gestão de seus processos de trabalho, com a indicação da sequência de atividades a ser desenvolvida visando à análise, à simplificação, à otimização e ao aperfeiçoamento dos processos.

O objetivo deste documento é prover uma ferramenta prática e didática voltada para a melhoria dos processos organizacionais das Zonas Eleitorais, de modo a possibilitar que todas as unidades responsáveis pela execução de um mesmo processo de trabalho o façam utilizando padrões semelhantes, entretanto ele poderá ser utilizado pelas Unidades da Secretaria do Tribunal que assim o desejarem.

### **3. Escritório Corporativo de Projetos**

A criação dessa Unidade atende à Meta 1 do Poder Judiciário para 2011 “Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica”, bem como apoiar o Projeto Estratégico TRE/SP - “Implantar a gestão de projetos estratégicos”.

Para o sucesso era imprescindível a definição da “Metodologia de Gerenciamento de Projetos – MGP” a ser utilizada pelo TRE/SP. Assim, a atividade inicial do Escritório Corporativo de Projetos foi o desenvolvimento desse trabalho, entretanto a metodologia ainda aguarda aprovação, de modo que restou prejudicada a elaboração do plano de *endomarketing*, implantação de solução de apoio ao gerenciamento de projetos e a execução do projeto piloto.

### **4. Planejamento Integrado das Eleições**

A Resolução TRE/SP n.º 213/2009, sob o tema **Eficiência Operacional**, aprovou o objetivo estratégico “Aperfeiçoar o planejamento das eleições”, cujo projeto associado denomina-se: “Documentar o planejamento das eleições”.

Trata-se de relatório que traça as principais ações que conduzirão as eleições no Estado de São Paulo, de forma macro, envolvendo a documentação do planejamento das eleições com adesão de todas as unidades, definindo com detalhes seu escopo e suas fases e procedimentos envolvidos.

Inicialmente concebido como um projeto foi reformulado para programa, dado o vulto de tal empreitada uma vez que a realização de uma eleição compreende dezenas de projetos correlacionados e concatenados.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

#### 2.2.1 – Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

O maior desafio da gestão estratégica está relacionado à sua efetividade prática no alcance dos objetivos organizacionais, isto é, na sua capacidade de movimentar a organização e alinhá-la à proposta do plano estratégico, com a adaptabilidade que esse processo requer, pressupondo uma dinâmica permanente de planejamento, execução, monitoramento, avaliação, ajustes e reajustes.

Pontualmente podemos levantar algumas soluções que foram encontradas pela administração para viabilizar a realização de pleitos e ações de grande porte, dada a importância e magnitude dos eventos, que comportaram uma grande demanda de recursos:

**Recadastramento biométrico dos eleitores de Jundiaí e Itupeva** – Para o alcance dos objetivos foi necessária a formalização de convênios com Estado e Prefeitura local para a disponibilização do local para a instalação da Central de Atendimento ao Eleitor e o fornecimento de parte da mão-de-obra necessária ao atendimento dos eleitores.

**Plebiscito – Embu das Artes** – Foi formalizado convênio com a prefeitura local para custeio de todas as despesas decorrentes do evento, englobando, dentre outras, fornecimento de materiais, alimentação dos mesários e pagamento de serviços extraordinários dos servidores envolvidos.

#### 2.2.2 – Análise do Plano de Ação da Unidade

No ano de 2011 foram promovidas as reuniões com as Secretarias e Diretoria-Geral para avaliar se houve necessidade de efetuar mudanças no plano estratégico, em especial na apuração da linha de base para medição dos indicadores, nos problemas de ordem orçamentária e de recursos humanos .

### **2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

#### 2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

De acordo com a LOA temos dois programas no Plano Plurianual: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral e 089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

As informações do Demonstrativo da Execução por Programa de Governo da Gestão do Processo Eleitoral (0570) serão prestadas de forma consolidada para toda a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Portaria TSE n.º 181, de 16/03/2009, pelo fato de ser o responsável pelo gerenciamento do programa.

No que se refere ao programa Previdência de Inativos e Pensionistas (089) não é atribuição da Justiça Eleitoral prestar tais informações.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.3.2 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Quadro II – Execução Física e Financeira – Assistência Médica e Odontológica

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	301 - Atenção Básica				
<b>Programa</b>	0570 - Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	2004 -Assistência Médica e Odontológica aos Servidores				
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação propicia aos servidores, seus dependentes, inativos e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental. O reembolso de assistência médica aos servidores desta Casa encontra-se amparado pelo artigo 230 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, e a implantação da ação foi aprovada pela E. Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em 24/05/1995 (processo Representação ScC n.º 06/1993) e regulamentada por meio da Portaria TRE/SP n.º 46/2009, de 03/12/2009.				
<b>Produto</b>	Pessoa beneficiada				
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade				
<b>Meta Prevista</b>	5.374				
<b>Execução Física</b>	5.351 – 99,57%				
<b>Meta a ser realizada em 2012</b>	5.374				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
7.734.120,00	7.719.663,64	7.717.034,92	2.628,72	14.456,36	99,78

**Análise dos resultados:**

A meta financeira da ação de Assistência Médica, Hospitalar e Odontológica aos servidores deste Regional foi cumprida, uma vez que a diferença de beneficiários apontada entre a meta prevista (5374) e a executada (5351) é mínima, e se deve, principalmente, às exclusões do programa.

Em que pese a execução da meta física ser de 99,57%, o valor de reembolso de R\$ 120,00 por beneficiário é insuficiente para cobrir o custo do plano de saúde mantido pelo servidor no Estado de São Paulo.

Relativamente às ações positivas observadas entre a execução realizada e a prevista temos: maior gerenciamento do programa com recadastramentos anuais e controle da não acumulação do benefício.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro III – Execução Física e Financeira – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	365 – Educação Infantil				
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes				
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação tem como objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, contemplando as formas de assistência a serem utilizadas: berçário, maternal, jardim de infância, pré-escola ou assemelhados. O benefício de Assistência Pré-Escolar está previsto no inciso IV do artigo 54 da Lei n.º 8.069, de 13/07/1990, e regulamentado, no âmbito da Justiça Eleitoral, pela Resolução TSE n.º 23.116, de 20/09/2009, e pela Instrução Normativa TSE n.º 06, de 01/12/2007. O valor-teto atual para o TRE/SP é de R\$ 490,29, conforme Resolução TSE n.º 23.237, de 30/03/2010.				
<b>Produto</b>	Criança de 0 a 5 anos atendida				
<b>Unidade de medida</b>	Unidade				
<b>Meta prevista</b>	374				
<b>Execução física</b>	373 – 99,73%				
<b>Meta a ser realizada em 2012</b>	349				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
2.087.734,00	2.053.404,27	2.051.274,30	2.129,97	34.329,73	98,25

**Análise dos resultados:**

A meta financeira do programa de Assistência Pré-Escolar aos servidores deste Regional foi cumprida, uma vez que a diferença de beneficiários apontada entre a meta prevista (374) e a executada (373) é de apenas 1 beneficiário.

A dotação foi suficiente e atendeu plenamente o objetivo da ação.

Relativamente às ações positivas observadas entre a execução realizada e a prevista temos: maior gerenciamento do programa e controle da não acumulação do benefício.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro IV – Execução Física e Financeira – Auxílio-Transporte aos Servidores

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador				
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores				
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação tem como objetivo efetivar o pagamento em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, pelos servidores públicos da Administração Federal direta, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do auxílio-transporte aos servidores deste Regional está regulamentada pelo Decreto n.º 2.880, de 15/12/1998, e pela Resolução TSE n.º 22.697, de 14/02/2008, alterada pela Resolução TSE n.º 23.055, de 19/05/2009, e regulamentada pela Portaria TRE/SP n.º 115/2009, de 19/10/2009.				
<b>Produto</b>	Servidor beneficiado				
<b>Unidade de medida</b>	Unidade				
<b>Meta prevista</b>	226				
<b>Execução física</b>	212 – 93,81%				
<b>Meta a ser realizada em 2012</b>	246				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
496.720,00	482.615,68	482.089,68	526,00	14.104,32	97,05

**Análise dos resultados:**

A meta financeira do programa do Auxílio-Transporte foi cumprida. A variação apontada entre a meta prevista (226) e a executada (212) se deve às exclusões de beneficiários. Por outro lado, não houve um número expressivo de inclusões em razão do valor da cota-parte do benefício.

A meta financeira de 97,05%, comparada à meta física de 93,81%, se deve ao fato de que, atualmente, os beneficiários do citado programa são aqueles que apresentam maiores despesas com passagens de transportes coletivos, uma vez que o benefício também contempla a modalidade rodoviária, ou seja, um número menor de servidores, porém com valores mais expressivos de crédito.

Relativamente às ações positivas observadas entre a execução realizada e a prevista temos: maior gerenciamento do programa com recadastramentos anuais e controle da frequência dos beneficiários.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro V – Execução Física e Financeira – Auxílio-Alimentação aos Servidores

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	306 – Alimentação e Nutrição				
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores				
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação tem como objetivo conceder auxílio-alimentação aos servidores do Regional, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados. A concessão do auxílio-alimentação aos servidores dos Tribunais Eleitorais está regulamentada pela Resolução TSE n.º 22.071, de 22/09/2005, com as alterações dadas pela Resolução TSE n.º 23.237, de 30/03/2010, e pela Ordem de Serviço TSE n.º 59, de 03/07/2000, que em seu artigo 1º estabelece que serão considerados 22 (vinte e dois) dias trabalhados para efeito de pagamento integral do auxílio-alimentação. O valor mensal está estipulado em R\$ 710,00 para o TRE/SP, de acordo com a Portaria TSE n.º 593, de 29/11/2011.				
<b>Produto</b>	Servidor beneficiado				
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade				
<b>Meta prevista</b>	1939				
<b>Execução Física</b>	1955 – 100,83%				
<b>Meta a ser realizada em 2012</b>	1984				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
14.687.466,00	14.600.021,05	14.599.719,59	301,46	87.444,95	99,40

**Análise dos resultados:**

A meta financeira do programa do Auxílio-Alimentação foi cumprida. A execução física acima de 100% se deve à metodologia utilizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que utilizou para definição da meta física a média de execução dos meses antecedentes à captação da proposta orçamentária de 2011, realizada em março/2010. Dessa forma, a meta física prevista de 1939 (quantitativo lançado na LOA 2011, considerando o quantitativo de 1902 servidores acrescido de mais 37 beneficiários referente aos créditos adicionais) não contemplou os provimentos que ocorreram entre março a dezembro de 2010, o que resultou na execução física acima do previsto.

Ações positivas: embora a meta física tenha superado o índice de 100%, a meta financeira atingida foi de 99,40%, uma vez que o citado programa apresenta, mensalmente, devoluções do valor diário do benefício, em razão do controle, por parte da Seção de Benefícios Sociais, da frequência e licenças dos servidores, hipóteses de descontos do programa.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro VI – Execução Física e Financeira – Capacitação de Recursos Humanos

<b>Função</b>	02 – Judiciária					
<b>Subfunção</b>	128 – Formação de Recursos Humanos					
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral					
<b>Ação</b>	4091 – Capacitação de Recursos Humanos					
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade					
<b>Prioridade</b>	3					
<b>Objetivo</b>	Esta ação tem a finalidade de proporcionar aos servidores integrantes deste Regional a qualificação, reciclagem e aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos de treinamento, palestras, congressos e outros eventos voltados para a capacitação técnica e assimilação de conhecimento, com vistas à melhoria dos processos de trabalho e dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade, à modernização dos serviços e procedimentos dos setores onde atuam diretamente. Com o objetivo de incentivar a participação de servidores em cursos de graduação foram concedidos auxílios-bolsas de estudo, regulamentados pela Resolução TRE/SP n.º 182/2007, alterada pelas Resoluções n.ºs 193/2008 e 207/2010. Dando continuidade à política de valorização dos servidores, foram contratados serviços de assessoria à equipe de supervisão clínica e psicológica e à equipe multidisciplinar da Coordenadoria de Assistência Médica e Psicossocial (CAMPS), com a finalidade de fornecer subsídios para o desenvolvimento do programa de prevenção e recuperação de servidores com dependência química.					
<b>Produto</b>	Servidor capacitado (curso de treinamento)					
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade					
<b>Meta prevista</b>	1.609					
<b>Execução Física</b>	2.220 – 137,97%					
<b>Meta a ser realizada em 2012</b>	586					
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>						
	<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
<b>Cursos de Treinamento</b>	1.910.000,00	1.379.996,08	1.330.691,08	49.305,00	39.267,09	94,79
<b>Auxílio-Bolsa Estudo</b>		281.773,92	270.893,30	10.880,62		
<b>Diárias e indeniz. Transp</b>		185.574,91	185.574,91	0,00		
<b>Supervisão Psicológica</b>		23.388,00	23.388,00	0,00		

**Análise dos resultados:**

**Cursos de Treinamento:** Após análise circunstanciada do cumprimento da meta financeira, chegamos à conclusão de que execução de 90,40% da dotação inicial de





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

R\$ 1.526.500,00 é um índice satisfatório. Entendemos que não houve comprometimento na consecução os objetivos de médio e longo prazo.

Problemas ocorridos na execução: discussão sobre a necessidade de se licitar cursos básicos de Informática e cancelamento de cursos, por parte da empresa, por motivos diversos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

- 1) Realização de turmas excedentes de treinamentos previstos, tendo em vista a boa aceitação do conteúdo perante o público interno, conforme exemplos abaixo:
  - a) Inteligência Emocional e Resiliência no Serviço: contou com a participação de 140 servidores, sendo que o previsto inicialmente era a participação de 40 servidores;
  - b) Cursos que dadas oportunidade e conveniência foram contratados para realização *in company*, o que possibilitou o acréscimo substancial de participantes (ex: “Aposentadoria Especial via Mandado de Injunção do STF”).
- 2) Realização de treinamentos não previstos inicialmente, e que visavam a atender demandas específicas do Plano de Gestão Estratégica, como os seguintes treinamentos:
  - a) Liderança Assertiva, que contou com a participação de 108 servidores;
  - b) Treinamento em *Dot Project*, ministrado a 51 servidores.
- 3) O treinamento obrigatório de Brigada de Incêndio, ministrado a um número de servidores maior do que o previsto, tendo em vista a necessidade legal de se treinar um número mínimo de servidores por cada andar e local de trabalho das Sedes deste Regional e dos Cartórios da Capital.

Avaliação da execução da ação examinando as diferenças positivas e negativas, porventura observadas entre a execução realizada e a prevista: embora não se tenha executado a meta financeira em sua totalidade, a superação da meta física compensou tal fato, tendo em vista termos treinado 1/3 a mais do previsto.

**Auxílio Bolsa Estudo:** O auxílio-bolsa de estudos neste Regional é realizado sob a forma de reembolso e a concessão mediante processo seletivo. O número de vagas é projetado de acordo com o orçamento destinado ao programa e com os valores dos bolsistas já existentes. Dessa forma, atingiu-se a máxima execução no programa de capacitação/auxílio-bolsa de estudos.

A meta financeira do programa foi cumprida, uma vez que a Secretaria de Gestão de Pessoas concedeu auxílio-bolsa de estudos a todos os servidores classificados no processo seletivo 2011. No entanto, 2 servidores tiveram o benefício cancelado, com devolução aos cofres públicos do valor recebido, e para 1 servidora o benefício foi suspenso, em razão de tratamento da própria saúde, a partir de outubro de 2011.

Ações positivas: a Secretaria de Gestão de Pessoas concedeu o citado auxílio a todos os servidores, e o valor remanejado refere-se ao mesmo programa de capacitação de recursos humanos.

Número de beneficiários, contemplando os do processo seletivo 2011 e os remanescentes de processos anteriores:

1º semestre: 51

2º semestre: 49

**Diária e Indenização de transporte:** Foi destinado parte da ação de Capacitação de Recursos Humanos para custear o deslocamento de servidores para participação em cursos de treinamento.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**Supervisão Psicológica:** A meta física para o exercício de 2011 de capacitar 5 servidores (psicólogas, assistentes sociais e médicos clínicos e psiquiatra) foi plenamente atingida.

O impacto das supervisões foi otimizar dos atendimentos realizados pelas psicólogas, assistentes sociais e médicos clínicos e psiquiatra, o que acarretou uma resolução mais rápida e eficaz dos tratamentos realizados.

As ações atenderam de modo significativo as metas de melhoria na qualidade dos atendimentos de servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo que necessitaram de tratamento psicológico e de dependência química.

As supervisões contribuíram para o aprimoramento dos profissionais de saúde da Coordenadoria de Assistência Médica e Psicossocial - CAMPS e benefício para os servidores deste Tribunal, pela obtenção de uma resolução mais rápida e eficaz dos tratamentos realizados.

Quadro VII – Execução Física e Financeira – Gestão e Administração do Programa

<b>Função</b>	02 – Judiciária					
<b>Subfunção</b>	122 – Administração Geral					
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral					
<b>Ação</b>	2272 – Gestão e Administração do Programa					
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade					
<b>Prioridade</b>	3					
<b>Objetivo</b>	<p>A ação contempla os meios materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento e materialização da atividade jurisdicional do órgão, relativos às despesas do grupo <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>, voltados ao registro de despesas fixas com pessoal ativo (Vencimentos e Vantagens Fixas); de despesas com Obrigações Patronais; de despesas classificadas como Outras Despesas Variáveis, tais como serviços extraordinários e outros de caráter eventual; e de despesas com auxílio-natalidade e auxílio-funeral dos servidores Ativos.</p> <p>Despesas do grupo <i>Outras Despesas Correntes</i>, destinadas à manutenção das atividades administrativas, tais como: Material de Consumo, Passagens e Despesas com Locomoção, Diárias, Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física e Pessoa Jurídica), Contribuições, dentre outras.</p> <p>A ação contempla ainda <i>Despesas de Capital</i> para aquisição de materiais permanentes.</p>					
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>						
	<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
<b>Pessoal</b>	253.738.939,00	253.738.939,00	249.386.888,29	4.352.050,71	0	98,28
<b>Outras Desp. Correntes</b>	38.218.311,00	38.218.311,00	34.038.163,45	4.180.147,55	0	89,06
<b>Investimento</b>	1.735.504,00	1.735.264,54	485.709,10	1.249.555,44	239,46	27,99

**Análise dos resultados:**

Com relação a execução de pessoal a despesa autorizada foi suficiente para pagamento das remunerações do pessoal Ativo, bem como para quitação parcial de despesas de exercícios anteriores concernentes à passivos trabalhistas



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Com relação a outras despesas correntes, a meta financeira foi atingida, sendo 89,06% liquidados no exercício e 10,94% inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Não houve a totalidade da execução devido à necessidade de inscrição de algumas despesas em restos a pagar. Tal fato foi ocasionado pelo fracasso/desistência de alguns certames e o processamento de outros em substituição no final do exercício, o que não possibilitou tempo hábil para execução.

Ações que apresentaram problemas de execução: notadamente observou-se dificuldades na fase interna de alguns procedimentos licitatórios, o que ocasionou a publicação tardia de alguns avisos de licitação e o desfecho dos certames muito próximo ao final do exercício.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: ampliação da utilização do pregão eletrônico, bem como o processamento das aquisições por meio do Sistema de Registro de Preços.

Avaliação da execução da ação examinando as diferenças positivas e negativas, porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

1) Positivas - acompanhamento diário da execução orçamentária por meio de relatório analítico e o simultâneo acompanhamento dos processos.

2) Negativos: demora na fase interna dos procedimentos licitatórios.

Com relação à execução das despesas de capital, o planejamento deverá ser aprimorado de modo a antecipar a liquidação das despesas no próprio exercício.

Ações que apresentaram problemas de execução: os maiores problemas advindos no exercício de 2011, a época de descontingenciamento e liberação de créditos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: as despesas com permanente, devido ao planejamento e adesão a atas de registro de preços.

Avaliação da execução da ação examinando as diferenças positivas e negativas, porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

1) Positivas: ampliação da utilização do pregão eletrônico, bem como do Sistema de Registro de Preços;

2) Negativas: quadro de pessoal estagnado o que demanda o deslocamento de pessoal para atuar na Equipe de Apoio dos pregões, ocasionando o atraso nos procedimentos de compras e licitações.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro VIII – Execução Física e Financeira – Gestão e Administração do Programa

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	122 – Administração Geral				
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	2272 – Gestão e Administração do Programa				
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
6.050.000,00	6.050.000,00	6.050.000,00	6.050.000,00	0,00	100,00

**Análise dos resultados:**

O Decreto s/n.º de 10 de novembro de 2011, publicado no D.O.U de 11/11/2011, concedeu crédito, de R\$ 6.050.000,00 para provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal, tendo as providências inerentes à sua organização iniciadas em 2011, inclusive com contratação da renomada Fundação Carlos Chagas. O montante de R\$ 6.050.000,00 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados considerando a falta de tempo hábil para processar todas as providências atinentes à abertura de um processo seletivo.

Quadro IX – Execução Física e Financeira – Pleitos Eleitorais

<b>Função</b>	02 – Judiciária					
<b>Subfunção</b>	061 – Ação Judiciária					
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral					
<b>Ação</b>	4269 – Pleitos Eleitorais					
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade					
<b>Prioridade</b>	3					
<b>Objetivo</b>	A ação tem como objetivo prover recursos tecnológicos e logísticos necessários à realização das eleições presidenciais, estaduais e municipais, concernentes às despesas de outros custeios relacionadas aos pleitos. O crédito orçamentário foi disponibilizado para consulta plebiscitária no Município de Embu, visando à mudança do nome do Município para Embu das Artes, nos termos da Resolução TRE/SP n.º 231/2011.					
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>						
	<b>Descentralização (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
<b>Pessoal</b>	71.071,43	71.071,43	71.071,43	0	0	100
<b>Outras Desp. Correntes</b>	41.839,43	41.839,43	41.839,43	0	0	100



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**Avaliação do resultado:**

Foi firmado convênio com a Prefeitura do Município de Embu, em conformidade com o disposto no art. 116 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, para cobertura das despesas necessárias à organização da eleição informatizada para efetuar consulta plebiscitária, visando à alteração do nome do Município de Embu para Embu das Artes, realizada no dia 1º de maio de 2011.

Para execução do convênio a Prefeitura repassou a importância de R\$ 135.419,00.

O crédito orçamentário foi descentralizado pelo TSE no igual montante de R\$ 135.419,00. Desse montante foram empenhados um total de R\$ 112.910,86, para custear as despesas realizadas com serviço extraordinário prestado com pessoal do quadro e requisitados no valor de R\$ 71.071,43, suprimento de fundos concedidos aos Juízos da 341ª e 391ª Zonas Eleitorais, no valor de R\$ 4.361,28, fornecimento de alimentação aos agentes públicos no montante de R\$ 30.820,00 e plantão técnico presencial para serviços com reparos e manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, convocação de copeiras, auxiliares de limpeza, ascensoristas, carregadores, eletricitas, encanadores, técnico em telefonia e técnico de redes para prestação de serviços extraordinários no montante de R\$ 6.658,15.

Ao final do prazo estabelecido na Resolução TRE/SP n.º 231/2011 o saldo financeiro remanescente foi devolvido à conveniada, cujo montante totalizou R\$ 22.508,14.

Quadro X – Execução Física e Financeira – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor

<b>Função</b>	02 – Judiciária					
<b>Subfunção</b>	126 – Tecnologia da Informação					
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral					
<b>Ação</b>	7832 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor					
<b>Tipo da Ação</b>	Projeto					
<b>Prioridade</b>	3					
<b>Objetivo</b>	Possibilita a identificação do eleitor, com a coleta das impressões digitais dos dedos das mãos e foto, as quais formarão a base cadastral biométrica do eleitorado.					
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>						
	<b>Descentralização (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
<b>Pessoal</b>	194.200,00	149.752,19	125.938,62	23.813,57	44.447,81	64,85
<b>Outras Desp. Correntes</b>	1.501.608,06	1.484.053,85	1.189.367,35	294.686,50	17.554,21	79,21

**Avaliação do resultado:**

Para a revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no município de Sales de Oliveira (Provimento CGE n.º 09, de 21 de setembro de 2009) foi descentralizado pelo TSE crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000,00, sendo gasto o valor de R\$ 996,00, para custear as despesas com suprimento de fundos.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Para a revisão do eleitorado com identificação biométrica para os municípios de Itupeva ( Resolução TRE/SP n.º 235/2011) e Jundiá (Resolução TRE/SP n.º 238/2011) Foram descentralizados pelo TSE crédito orçamentário no valor de R\$ 1.774.812,06. Desse montante R\$ 149.752,19 foram gastos com serviço extraordinário dos servidores do quadro e requisitados, R\$ 779.729,18 para despesas com diárias e indenização de transporte, R\$ 132.569,97 para aquisição de kit biométrico, faixas de divulgação do cadastramento e suprimento de informática, R\$ 284.873,60 para prestação de serviço temporário de auxiliares para serviços eleitorais e R\$ 286.881,10 para prestação de serviço de vigilância, limpeza, carregadores e suprimento de fundos. Do valor remanescente R\$ 80.000,00 foram devolvidos ao TSE por meio do documento SIAFI 2011NC000004 e R\$ 61.006,02 foram computados como saldo não utilizado.

Com relação às ações que apresentaram problemas de execução, evidencia-se o pouco prazo disponível para o planejamento das contratações e demora na liberação do orçamento.

As ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: as despesas de custeio tiveram maior agilidade na tramitação de processos e maior planejamento de sobras.

Avaliação da execução: aparentemente e dentro do possível a execução seguiu o planejado, porém devido a imprevistos que sempre ocorrem foram necessários algumas adaptações.

Quadro XI – Execução Física e Financeira – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

<b>Função</b>	09 – Previdência Social				
<b>Subfunção</b>	272 – Previdência do Regime Estatutário				
<b>Programa</b>	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
<b>Ação</b>	0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
<b>Tipo da Ação</b>	Operação Especial				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação tem como objetivo assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas e dependentes.				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
97.229.337,00	97.205.977,46	97.143.445,85	62.531,61	23.359,54	99,91

**Análise do resultado:**

O resultado demonstra eficiência na aplicação dos recursos, visto que com o crédito concedido foi possível efetivar o pagamento dos aposentados e pensionistas.

Cumprir destacar que a dotação autorizada possibilitou, além do pagamento das despesas ordinárias do exercício de 2011, o pagamento de despesas de exercícios anteriores no total de R\$ 4.614.153,26, referentes a diversos passivos trabalhistas, tais como: pagamento da atualização dos juros da Vantagem Pecuniária Individual e atualização de valores pagos a título de quintos e juros sobre 11,98% do período de 1996 e 2000.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XII – Execução Física e Financeira – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdenciário dos Servidores Públicos Federais

<b>Função</b>	02 – Judiciária				
<b>Subfunção</b>	122 – Administração Geral				
<b>Programa</b>	0570 – Gestão do Processo Eleitoral				
<b>Ação</b>	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdenciário dos Servidores Públicos Federais				
<b>Tipo da Ação</b>	Operação Especial				
<b>Prioridade</b>	3				
<b>Objetivo</b>	A ação tem por finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.				
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA</b>					
<b>Dotação do Exercício (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado (Pago+RP Processado) (C)</b>	<b>RP Não Processado (D)</b>	<b>Disponível (E = B-A)</b>	<b>Execução Financeira (%) (F = C/A)</b>
40.439.920,00	40.353.239,68	40.328.187,68	25.052,00	86.680,32	99,72

**Avaliação do resultado:**

O resultado desta ação assegurou o recolhimento da Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência Próprio dos Servidores deste Regional.

## 2.4 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

### 2.4.1 – Programação Orçamentária das Despesas

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)  
RESPONSÁVEL PELA PROGRAMAÇÃO DAS UJ  
(Portaria/TCU n.º 108/2010)

Quadro XIII – Identificação da Unidade Orçamentária

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</b>	<b>14124</b>	<b>070018</b>



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes

Quadro XIV – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2011	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	371.619.569,00	360.372.000,00	-	-	63.108.051,00	44.973.743,00	
	PLOA	371.619.569,00	360.372.000,00	-	-	63.108.051,00	44.973.743,00	
	LOA	371.619.569,00	360.372.000,00	-	-	63.108.051,00	44.973.743,00	
CRÉDITOS	Suplementares	20.043.627,00	65.507.322,00	-	-	8.421.300,00	2.414.923,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-255.000,00	-1.038.639,00	-	-	-345.000,00	-153.000,00		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>391.408.196,00</b>	<b>424.840.683,00</b>	-	-	<b>71.184.351,00</b>	<b>47.235.666,00</b>	

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 – Programação de Despesas de Capital

Quadro XV – Programação de Despesas de Capital

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	-	-
	PLOA	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	-	-
	LOA	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	2.131.634,00	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>1.735.504,00</b>	<b>3.359.872,00</b>	-	-	-	-

Fonte: SIAFI





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro XVI – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	<b>Dotação proposta pela UO</b>	434.727.620,00	405.345.743,00	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	
	PLOA	434.727.620,00	405.345.743,00	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	
	LOA	434.727.620,00	405.345.743,00	1.735.504,00	1.228.238,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	28.464.927,00	67.922.245,00		2.131.634,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	- 600.000,00	- 1.191.639,00	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>462.592.547,00</b>	<b>472.076.349,00</b>	<b>1.735.504,00</b>	<b>3.359.872,00</b>	-	-	

Fonte: SIAFI

**Análise crítica:**

Em 2011, os montantes solicitados na proposta orçamentária do Regional não sofreram alterações pelo Congresso Nacional, de modo que não houve prejuízos em relação a este quesito. Em relação aos montantes consignados para as “despesas de pessoal e encargos sociais”, foram concedidos créditos adicionais no total líquido de R\$ 19.788.627,00, o que possibilitou a quitação de todas as despesas ordinárias do exercício, além do pagamento de praticamente todo o estoque de passivos de pessoal (despesas de exercícios anteriores), com exceção da dívida de 11,98% da URV que está sendo quitada com recursos concedidos especificamente para esse fim. No grupo “outras despesas correntes”, foram concedidos créditos adicionais no montante líquido de R\$ 8.076.300,00, sendo R\$ 926.300,00 para pagamento de benefícios sociais dos servidores (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e assistência médica), R\$ 1.100.000,00 para cobertura de despesas de manutenção do órgão (contas públicas, correios, serviços de limpeza, dentre outros) e R\$ 6.050.000,00 para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do TRE/SP. No grupo “investimentos”, o montante de R\$ 1.735.504,00 destinou-se à aquisição de diversos materiais permanentes, dentre as quais destacamos: aquisição de mobiliário em geral (R\$ 788.458,00), aquisição de softwares (R\$ 114.450,00), aquisição de *storage e switch* – equipamentos de informática (R\$ 316.077,44) e aquisição de veículos (R\$ 237.750,00).

**Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:**

Relativamente às “despesas de pessoal e encargos sociais”, em 2011, a dotação autorizada totalizou R\$ 391.408.196,00, e em 2010 R\$ 424.840.683,00. A aparente redução justifica-se pelo fato de terem sido concedidos no final do exercício de 2010 montantes bem superiores de sobras orçamentárias para pagamento de passivos de pessoal em comparação ao que foi concedido no exercício de 2011. Quanto às “outras despesas correntes”, o acréscimo de R\$ 23.948.685,00 na dotação autorizada de 2011 em relação ao de 2010 foi decorrente principalmente: a) do repasse





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

orçamentário em 2011 do contrato do *backbone* secundário de comunicação de dados dos cartórios eleitorais do Estado e da Secretaria do TRE/SP, no montante de R\$ 12.012.089,20, antes custeados com o orçamento do TSE e b) da concessão de recursos em 2011 para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do TRE/SP, no montante de R\$ 6.050.000,00. Em relação aos “investimentos”, em 2010 houve a suplementação de recursos considerável por meio de crédito adicional com fonte de recursos oferecidos pelo TSE, o que não ocorreu no exercício de 2011.

#### 2.4.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Quadro XVII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	<b>070026</b>	14.02.061.0570.4269-0001	71.071,43	-	41.839,43
		<b>070026</b>	14.02.126.0570.7832-0001	194.200,00	-	1.501.608,06
		-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

#### Análise crítica

O TRE/SP teve no exercício de 2011 apenas movimentações internas que ocorreram por meio de provisões concedidas pela UG 070026 (Secretaria de Orçamento e Finanças do TSE).

O montante de R\$ 1.695.808,06, recebido na ação “7832”, foi utilizado para a revisão do eleitorado com recadastramento biométrico nos Municípios de Sales de Oliveira, Itupeva e Jundiá. As despesas que demandaram os maiores gastos foram: contratação de mão-de-obra temporária, serviços de vigilância e pagamento de diárias dos servidores com deslocamento da Secretaria e dos Cartórios da Capital para o município de Jundiá. Ressalte-se que a necessidade de contratações temporárias justifica-se, tendo em vista que o quadro de servidores dos cartórios eleitorais não é suficiente para suprir a demanda nas centrais de atendimento instaladas nos Municípios envolvidos no recadastramento biométrico. Além disso, para viabilizar



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

toda a infraestrutura foi necessário o pagamento de diárias aos servidores que se deslocam da Sede aos Cartórios para dar treinamentos ou auxiliar os trabalhos de coletas de dados.

A provisão recebida na ação “4269” foi utilizada para cobrir os gastos relativos ao Plebiscito realizado no Município de Embu, cabendo esclarecer que o montante custeado com o orçamento da Justiça Eleitoral foi devolvido à União por meio de depósito na Conta Única do Tesouro, pela Prefeitura de Embu.

#### 2.4.2 – Execução Orçamentária das Despesas

##### 2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

##### 2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Quadro XVIII – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ      Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite	13.778,02	12.791,68	13.778,02	12.791,68
Tomada de Preços	373.549,73	37.846,33	373.549,73	37.846,33
Concorrência	302.136,88	334.821,09	302.136,88	334.821,09
Pregão	23.422.923,70	11.524.238,15	23.407.932,06	11.509.967,74
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	7.450.668,07	5.145.179,53	6.983.964,16	4.792.483,41
Inexigibilidade	3.608.221,71	2.336.804,09	3.608.221,71	2.336.804,09
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	120.260,34	179.346,63	120.260,34	179.346,63
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	386.858.521,82	405.693.362,74	386.618.847,43	405.693.362,74
Diárias	611.637,53	436.893,75	611.637,53	436.893,75
<b>Outros</b>	25.281.362,35	25.052.542,80	25.281.002,35	25.047.209,47

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.2.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Quadro XIX – Despesa Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>391.298.156,14</b>	<b>424.840.683,00</b>	<b>386.858.521,82</b>	<b>405.693.362,74</b>	<b>4.439.634,32</b>	<b>19.147.320,26</b>	<b>386.618.847,43</b>	<b>405.693.362,74</b>
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	243.588.017,13	240.401.196,37	240.375.627,83	237.227.898,99	3.212.389,30	3.173.297,38	240.370.662,74	237.227.898,99
01- Aposentadorias e Reformas	71.778.795,89	71.026.676,68	71.769.910,04	70.974.764,21	8.885,85	51.912,47	71.769.910,04	70.974.764,21
13 – Obrigações Patronais (inclui 3191 e 3190)	40.336.597,50	39.888.079,22	40.327.843,29	39.854.759,31	8.754,21	33.319,91	40.327.843,29	39.854.759,31
Demais elementos do grupo (03, 08, 16 e 92)	35.594.745,62	73.524.730,73	34.385.140,66	57.635.940,23	1.209.604,96	15.888.790,50	34.150.431,36	57.635.940,23
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>70.994.748,55</b>	<b>46.970.820,87</b>	<b>60.698.829,23</b>	<b>44.066.953,46</b>	<b>10.295.919,32</b>	<b>2.903.867,41</b>	<b>60.216.859,69</b>	<b>43.694.653,60</b>
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (inclui 3391 e 3390)	32.512.170,94	10.362.053,03	23.533.421,16	8.545.374,21	8.978.749,78	1.816.678,82	23.350.734,33	8.401.243,92
46 – Auxílio-Alimentação	14.599.992,81	14.605.471,67	14.599.691,35	14.602.704,15	301,46	2.767,52	14.599.691,35	14.602.704,15
93 – Indenizações e Restituições	8.103.153,61	7.989.082,01	8.072.829,28	7.921.019,56	30.324,33	68.062,45	8.072.829,28	7.915.686,23
Demais elementos do grupo (08, 14, 30, 33, 35, 36, 37, 47, 49 e 92)	15.779.431,19	14.014.214,16	14.492.887,44	12.997.855,54	1.286.543,75	1.016.358,62	14.193.604,73	12.775.019,30

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.2.1.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Quadro XX – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>	<b>1.735.264,54</b>	<b>3.355.366,52</b>	<b>485.709,10</b>	<b>993.510,59</b>	<b>1.249.555,44</b>	<b>2.361.855,93</b>	<b>485.623,09</b>	<b>993.510,59</b>
52 – Equipamentos e Material Permanente	1.620.814,54	3.275.551,84	485.709,10	993.510,59	1.135.105,44	2.282.041,25	485.623,09	993.510,59
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	114.450,00	79.814,68	-	-	114.450,00	79.814,68	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
61 – Aquisição de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXI – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	409.425,32	12.892.318,56	358.940,27	12.876.191,59
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	5.875,00	817.207,30	5.875,00	817.207,30
Inexigibilidade	-	1.739.816,50	-	1.739.816,50
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	5.357,28	1.513.793,50	5.357,28	1.513.793,50
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	197.010,05	17.065.064,58	197.010,05	17.065.064,58
Diárias	767.444,70	292.272,33	767.444,70	292.272,33
<b>Outros</b>	43.104,48	19.295.781,56	43.104,48	19.295.781,56

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.2.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>220.823,62</b>	<b>17.068.182,00</b>	<b>197.010,05</b>	<b>17.065.064,58</b>	<b>23.813,57</b>	<b>3.117,42</b>	<b>197.010,05</b>	<b>17.065.064,58</b>
16 – Despesas Variáveis – Pessoal Civil	220.224,91	16.950.401,38	196.411,34	16.947.283,96	23.813,57	3.117,42	196.411,34	16.947.283,96
13 – Obrigações Patronais (inclui 3191 e 3190)	598,71	117.780,62	598,71	117.780,62	-	-	598,71	117.780,62
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.525.893,28</b>	<b>39.015.620,60</b>	<b>1.231.206,78</b>	<b>36.551.189,75</b>	<b>294.686,50</b>	<b>2.464.430,85</b>	<b>1.180.721,73</b>	<b>36.535.062,78</b>
14 – Diárias Pessoal Civil	767.444,70	292.272,33	767.444,70	292.272,33	-	-	767.444,70	292.272,33
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	293.754,94	11.077.904,37	157.417,95	9.430.207,97	136.336,99	1.647.696,40	157.417,95	9.430.207,97
37 – Locação de Mão de Obra	289.019,19	2.031.621,09	130.669,68	1.837.343,52	158.349,51	194.277,57	130.669,68	1.837.343,52
Demais elementos do grupo (30, 33, 47, 48, 92 e 93)	175.674,45	25.613.822,81	175.674,45	24.991.365,93	-	622.456,88	125.189,40	24.975.238,96

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.2.2.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXIII – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

### **Análise crítica dos quadros XVIII a XXIII**

#### **Alterações significativas ocorridas no exercício:**

Ampliação da utilização do pregão eletrônico, bem como do Sistema de Registro de Preços agilizou o processo de aquisição de materiais e serviços.

A utilização das Atas de Registro de Preços foi essencial no aproveitamento das sobras orçamentárias do final do exercício, em razão de sua tramitação célere em comparação às outras modalidades licitatórias.

Do mesmo modo, as aquisições de materiais permanentes foram bem executadas devido à melhoria no planejamento e adesão a Atas de Registro de Preços.

Em relação aos créditos recebidos por movimentação, os recursos executados em 2010 foram significativamente maiores em relação ao exercício de 2011, tendo em vista a descentralização de recursos pelo TSE para a preparação, realização e apuração das eleições de 2010. No exercício de 2011 os recursos descentralizados destinaram-se à realização do plebiscito do município de Embu e aos trabalhos de recadastramento biométrico dos eleitores dos municípios de Sales de Oliveira, Itupeva e Jundiá.

#### **Contingenciamento no exercício:**

No exercício de 2011 foi inicialmente contingenciado o montante de R\$ 1.960.461,00, sendo R\$ 460.461,00 na rubrica de custeio e R\$ 1.500.000,00 na rubrica de permanente. Ao longo do exercício o montante contingenciado foi liberado parceladamente, sendo que a última parcela foi disponibilizada somente em 21/09/2011. O contingenciamento prejudicou o planejamento e execução orçamentária em razão da imprevisão quanto à sua liberação, o que inviabilizou o andamento normal dos procedimentos licitatórios, além da última parcela ter sido liberada muito próximo ao encerramento do exercício, o que obrigou o órgão a buscar alternativas para evitar a sobra dos recursos.

#### **Fatores positivos:**

- melhor integração entre os diversos setores envolvidos no planejamento e execução;
- imediata realocação das sobras dos procedimentos licitatórios para atender outras necessidades que não constavam da proposta orçamentária;
- a tramitação de alguns processos licitatórios ocorreram em todos os setores do TRE/SP antecipadamente, ficando apenas condicionada a publicação do edital à disponibilidade orçamentária;
- acompanhamento da execução dos saldos dos empenhos estimativos para eventual anulação e utilização desses recursos.

#### **Fatores negativos:**

- quadro de pessoal estagnado o que demanda o deslocamento de pessoal para atuar na Equipe de Apoio dos pregões, ocasionando o atraso nos procedimentos de compras e licitações;
- em algumas licitações apareceram poucos ou nenhum interessado (deserta);
- dificuldades na fase interna de alguns procedimentos licitatórios, o que ocasionou a publicação tardia de alguns avisos de licitação e o desfecho dos certames muito próximo ao final do exercício.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

2.4.3 – Indicadores Institucionais Relacionados a Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico deste Tribunal

Observe-se que na construção do planejamento estratégico desta Instituição foram considerados tanto os indicadores instituídos pelo CNJ para todo o Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 76/2009), como os indicadores definidos para a Justiça Eleitoral por grupo de trabalho criado pelo TSE, incumbindo a este último fixar as metas nacionais e definir ações que viabilizariam o acompanhamento do desempenho dos indicadores.

Ocorre que em respeito ao prazo fixado pela Resolução CNJ n.º 70/2009, os Tribunais Regionais Eleitorais aprovaram seus planos estratégicos dentro do exercício de 2009, porém o TSE optou por não fazê-lo e, ainda, decidiu por rever todo o trabalho anteriormente realizado, razão pela qual não foram definidos metas/parâmetros para mensuração dos indicadores 11, 14, 18, 22, 25, 26, 27, 28, 34 e 36 da Resolução TRE/SP n.º 213/2009.

Registre-se que em 3 de março de 2011 o TSE instituiu Grupo de Trabalho, nos termos da Portaria TSE n.º 144, encarregado de efetuar a revisão e estudos sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, trabalho este concluído em dezembro de 2011 e aprovado no Processo Administrativo TSE n.º 1783-38.2011.6.00.0000, aguardando-se a edição da resolução que normatizará a revisão do planejamento estratégico da Justiça Eleitoral. Após, será efetuada a reformulação dos 39 indicadores contidos na Resolução TRE/SP n.º 213/2009, de modo a adequar o plano estratégico desta instituição às novas diretrizes nacionais.

Com relação ao indicador n.º 04 – Índice de adequação das instalações físicas, a mensuração será feita a partir de pesquisa nacional a ser realizada pelo CNJ. O TRE/SP revisará o percentual anual de adequação de suas instalações, após o TSE definir os parâmetros de adequação das instalações (GERIM).

O indicador n.º 05 – Índice de alcance das metas – não foi mensurado considerando que o resultado estava atrelado à medição dos demais indicadores, ficando, portanto, sem parâmetro para a sua mensurabilidade.

O indicador n.º 06 – Clima organizacional, não foi mensurado, aguardando definição do TSE. Há projeto em desenvolvimento para aplicação em 2013.

O indicador n.º 07 – Índice de capacitação nas competências organizacionais, será mensurado após a implantação do Projeto Educação Estratégica.

O indicador n.º 08 – Índice de implantação de agenda ambiental, será mensurado quando for efetivada a implantação da agenda ambiental.

Os indicadores n.º 13 – Percentual de unidades (Secretaria e Cartórios) integradas ao planejamento de eleições e n.º 39 – Percentual de eleitores com cadastro biométrico, não são mensurados em anos não eleitorais.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

O indicador n.º 19 – Índice de satisfação do cliente, está aguardando pesquisa nacional a ser realizada pelo CNJ.

O indicador n.º 23 – Índice de virtualização dos processos novos –, será mensurado após implantação do Processo Administrativo Digital (PAD) e do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

O indicador n.º 30 – Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos – previa-se a mensuração deste indicador a partir de março de 2011, entretanto ante a falta de padronização nas informações prestadas não foi possível efetuar esta avaliação. Como solução foi instituído o Escritório Corporativo de Projetos, sendo que a atividade inicial foi o desenvolvimento da “Metodologia de Gerenciamento de Projetos – MGP” a ser utilizada pelo TRE/SP. A metodologia ainda aguarda aprovação, de modo que restou prejudicado o acompanhamento dos projetos estratégicos no ano de 2011.

Feitas essas considerações, seguem os indicadores relacionados a objetivos estratégicos:

Quadro XXIV – Indicador n.º 01 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Alocação (execução) do orçamento estratégico</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> 1. Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
<b>O que mede</b>	(Eficiência) O percentual de recursos alocados para a execução das iniciativas previstas no planejamento estratégico.				
<b>Para que medir</b>	Avaliar o grau de aderência do orçamento à estratégia da Justiça Eleitoral.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças – Mauro Marques Batista e Assessoria de Planejamento (ASSPE) – Regina Rufino				
<b>Quando medir</b>	Anualmente (em janeiro)				
<b>Onde medir</b>	LOA, Créditos Orçamentários e Plano Estratégico				
<b>Como medir</b>	Recursos Orçamentários Alocados (executado) para as Iniciativas Estratégicas (ROAI), dividido pelo Total Disponibilizado para as Iniciativas Estratégicas (TDI), multiplicado por cem. $\frac{R\$ 2.543.510,39}{R\$ 3.110.000,00} \times 100 = 81,78\%$ Obs. 1. O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA. Obs. 2. Iniciativas Estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no sistema orçamentário.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Garantir, anualmente, a execução de 100% dos recursos disponibilizados no orçamento para iniciativas estratégicas.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Não mensurado	81,78	-	-	-
<b>Análise</b>	Resultado satisfatório, pois demonstra o esforço do Tribunal para cumprir a meta				

Nota 1: Valor executado (considerado o liquidado)



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXV – Indicador n.º 02 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Perdas orçamentárias</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
<b>O que mede</b>	(Eficiência) Relação entre a parcela não executada do orçamento no ano corrente e a parcela não executada do orçamento no ano anterior.				
<b>Para que medir</b>	Verificar o grau de capacidade da justiça eleitoral para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças – Mauro Marques Batista				
<b>Quando medir</b>	Anualmente				
<b>Onde medir</b>	SIAFI e SIAFI Gerencial				
<b>Como medir</b>	<p>Perda Orçamentária do Ano Anterior (POAA), menos a Perda Orçamentária do Ano Presente (POAP), dividido pela Perda Orçamentária do Ano Anterior (POAA), multiplicado por cem.</p> $(POAA - POAP) \times 100 / POAA$ <p>0,4308% (perda do orçamento de 2010)  0,0825% (perda do orçamento de 2011)</p> $(0,00430816 - 0,00082453) \times 100 / 0,00430816 = 80,86\%$ <p>Obs: Perda orçamentária = recursos não executados/ dotação final</p>				
<b>Situação inicial</b>	<p>Em 2007, perda de R\$ 1.472 mil e em 2008, perda de R\$ 3.176 mil , respectivamente 6,15% e 7,18%, na média 6,67%.</p> <p>Obs.1: o indicador com resultado negativo significa que a perda orçamentária está crescendo em relação ao ano anterior.</p> <p>Obs.2: perda orçamentária = recursos não executados, dividido pela dotação final, multiplicada por cem.</p> <p>Obs.3: não são considerados no cálculo as despesas com pessoal e benefícios.</p>				
<b>Meta do TRE/SP Ano</b>	<p>Buscar a redução permanente de perdas orçamentárias até praticamente eliminá-las em 2014.</p> <p>Reduzir 10% das perdas orçamentárias a cada ano até 2014.</p>				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	83,58	80,86	-	-	-
<b>Análise</b>	A perda orçamentária em 2010 (0,4308%) foi superior ao do exercício de 2011 (0,0824%). O índice atingido de 80,86% ficou bem acima da meta estabelecida de 10%.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXVI – Indicador n.º 03 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de disponibilidade de sistemas on-line</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Garantir a infraestrutura de TI e a existência de sistemas que facilitem os processos administrativos					
<b>O que mede</b>	(Eficácia) A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI.				
<b>Para quê medir</b>	Para garantir que indisponibilidades de sistemas essenciais provoquem interrupção dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação – Alcina Mara M.G. Rodrigues				
<b>Quando medir</b>	Mensalmente				
<b>Onde medir</b>	TRE SP / STI				
<b>Como medir</b>	<p>Tempo de Disponibilidade de Sistemas (TDS) dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem.</p> $(TDS \times 100) / TTP$ $(186.894 \times 100) / 187.920 = 99,45\%$ <p>Obs.1: Os sistemas essenciais do TRE SP são:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Sistema ELO;</li><li>➤ Sistemas eleitorais;</li><li>➤ sistema para controle dos processos administrativos e judiciais – SADP/SADPWeb;</li><li>➤ sistema administrativo para controle de pessoal – SGRH, DJE (Internet),</li><li>➤ Internet;</li><li>➤ TítuloNet;</li><li>➤ FiliaWeb;</li><li>➤ Certidão de Quitação Eleitoral</li></ul> <p>Obs.2: Deverão ser desconsideradas as indisponibilidades previamente programadas para manutenção dos sistemas.</p>				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurado				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Garantir 99% de disponibilidade dos sistemas essenciais até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	98,02	99,45	-	-	-
<b>Análise</b>	Os índices apurados demonstram adequada disponibilidade dos sistemas essenciais.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXVII – Indicador n.º 09 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Promover a responsabilidade social (cidadania) e a sustentabilidade					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) Quantitativo de pessoas que participaram de projetos cujo foco seja o benefício social.				
<b>Para que medir</b>	Para avaliar o comprometimento da Justiça Eleitoral em ampliar sua responsabilidade social				
<b>Quem mede</b>	Diretoria-Geral do TRE/SP – Dra. Jade Almeida Prometti				
<b>Quando medir</b>	Anualmente (em janeiro)				
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades de Secretaria e nos Cartórios Eleitorais				
<b>Como medir</b>	<p>Número de Pessoas Beneficiadas por Projetos Sociais, coordenados por órgãos da justiça eleitoral, no Ano Presente (PSAP) menos o Número de Pessoas Beneficiadas por Projetos Sociais no Ano Anterior (PSAA), dividido pelo Número de Pessoas Beneficiadas por Projetos Sociais no Ano Anterior (PSAA), multiplicado por cem.</p> $\frac{(PSAP - PSAA)}{PSAA} \times 100 =$ $\frac{(111.124 - 97.243)}{97.243} \times 100 = 14,27\%$ <p>Obs.1: O CNJ definirá os critérios para se classificar um projeto como social.          Obs.2: Enquanto não houver essa definição pelo CNJ, deverão ser considerados projetos com caráter educativo, voluntário, ambiental ou de inclusão social.</p>				
<b>Situação inicial</b>	Linha de base: Desde 2004 foram atendidos pelo projeto “A Importância do voto” em parceria com o “Instituto da Cidadania”, “Secretaria de Educação do Estado” e “Assembléia Legislativa”, uma média de 1.300 alunos do ensino médio.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Elevar em 5 % ao ano a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	7.380,23	14,27	-	-	-
<b>Análise</b>	Meta atingida.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXVIII – Indicador n.º 10 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral na Internet</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Aprimorar a comunicação com o público interno e externo					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) O percentual de decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral disponibilizadas na íntegra na Internet.				
<b>Para quê medir</b>	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo				
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária – Dogival dos Santos Hipólito				
<b>Quando medir</b>	Anualmente (em janeiro)				
<b>Onde medir</b>	Nos Sistemas de Acompanhamento Processual e portal de internet do TRE/SP.				
<b>Como medir</b>	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na Internet dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem.  $\frac{TPP \times 100}{TPJ}$ $\frac{5.085}{5.085} \times 100$				
<b>Situação inicial</b>	Implantado na Secretaria do Tribunal e em fase de implantação no 1º Grau.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Disponibilizar o conteúdo do inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral até 2014.				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Tribunal (%)</b>	100 (7.924 processos)	100 (5.085)	-	-	-
<b>Zonas Eleitorais (%)</b>	Não mensurado	Não mensurado	-	-	-
<b>Observação</b>	Mensuração nas Zonas Eleitorais aguarda migração de dados após a implantação do sistema de acompanhamento processual SADP				
<b>Análise</b>	Meta atingida para os processos que tramitam no Tribunal				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXIX – Indicador n.º 12 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Aproveitamento das boas práticas de gestão do Poder Judiciário</b>					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) Mede o aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas no banco do Conselho Nacional de Justiça.				
<b>Para que medir</b>	Para garantir a difusão de boas práticas de gestão na Justiça Eleitoral, compartilhando soluções e evitando retrabalho.				
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (ASSPE) – Regina Rufino				
<b>Quando medir</b>	Anualmente (em janeiro)				
<b>Onde medir</b>	Em todas as unidades de Secretaria e nos Cartórios Eleitorais				
<b>Como medir</b>	Total de práticas implantadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurado				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Implantar pelo menos uma iniciativa divulgada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário, anualmente, até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	100	100	-	-	-
<b>Análise</b>	2010 – 1 prática implantada: ➤ Projeto Mesário Voluntário – 72.010 mesários inscritos  2011 – 3 práticas implementadas: ➤ Portal do Planejamento Estratégico ( <i>intranet</i> ) ➤ Escritório Corporativo de Projetos ➤ Ouvidoria				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXX – Indicador n.º 15 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Taxa de Congestionamento</b>	
<b>Objetivo Estratégico:</b> 12. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
<b>O que mede</b>	(Eficiência) A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.
<b>Para que medir</b>	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral de atender à demanda de processos judiciais.
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária - Dogival dos Santos Hipólito – 2º grau Tribunal Corregedoria – Valéria da Silva Cripa Pires – 1º grau.
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	No tribunal e nos Cartórios Eleitorais (SADP/SADPWeb ou outro tipo de controle)
<b>Como medir</b>	<p>TC<sub>1º</sub> – Taxa de congestionamento no 1º Grau Fórmula: <math>TC_{1º} = 1 - ( T_{Baix_{1º}} / ( CN_{1º} + CP_{1º} ) )</math></p> <p>Definição das variáveis: T<sub>Baix<sub>1º</sub></sub> – Total de Processos Baixados no 1º Grau: Número de processos decididos (baixado) no 1º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral). CN<sub>1º</sub> - Casos novos de 1º Grau: Número de processos originários autuados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, <u>excluem-se</u> os Embargos Declaratórios e os Pedidos de Reconsideração. Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE n.º 22.676/2007. CP<sub>1º</sub> – Casos Pendentes na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Total de processos originários autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior). Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências. Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente. Obs.: no 1º grau: os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes</p> <p>TC<sub>2º</sub> – Taxa de congestionamento no 2º Grau Fórmula: <math>TC_{2º} = 1 - ( T_{Baix_{2º}} / ( CN_{2º} + CP_{2º} ) )</math></p> <p>Definição das variáveis: T<sub>Baix<sub>2º</sub></sub> – Total de Processos Baixados no 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos do 1º Grau decididos (baixados) no 2º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correições parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). CN<sub>2º</sub> - Casos novos de 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base. Excluem-se os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correições parciais) e os recursos externos</p>





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXX – Indicador n.º 15 da Resolução TRE/SP 213/2009

	(Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE n.º 22.676/2007. CP <sub>2º</sub> – Casos Pendentes no 2º Grau: Total de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1ª Grau, autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior). Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências. Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente. Obs.: no 2º grau os processos remetidos ao TSE não são considerados pendentes.				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurado. Obs. 1. Os dados foram obtidos de forma preliminar junto ao SADP com relação ao 2º grau. Obs.2. Em anos eleitorais a taxa de congestionamento tende a cair pela metade.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Reduzir a taxa média de congestionamento em 10 %, no 2º grau, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	0,05	0,60	0,04	0,54	0,04
<b>Meta do TRE/SP</b>	Reduzir a taxa de congestionamento em 10 %, no 1º grau, até 2014. Obs. O sistema SADPWeb será implantado nos Cartórios Eleitorais em 2010.				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Implantado	-	Reduzir 10%	Reduzir 10%	Reduzir 10%

<b>Taxa de congestionamento %</b>					
Tribunal	0,32	0,51	-	-	-
Zonas Eleitorais	0,34	0,22	-	-	-

<b>Zonas Eleitorais</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Tribunal</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Total de processos judiciais baixados (TPJB)	1633	11525	Total de processos judiciais baixados (TPJB)	7924	3615
Total de Casos Novos (TCN)	2055	11366	Total de Casos Novos (TCN)	8778	3130
Total de Casos Pendentes (TCP)	422	3361	Total de Casos Pendentes (TCP)	2897	4208
Taxa de congestionamento	0,34	0,22	Taxa de congestionamento	0,32	0,51
<b>Análise</b>	A meta em 2011 foi atingida .				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXI – Indicador n.º 16 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de Agilidade no julgamento</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
<b>O que mede</b>	(Eficiência) O percentual de processos judiciais finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de processos finalizados.				
<b>Para que medir</b>	Garantir a efetividade das decisões da Justiça Eleitoral, evitando que a demora do julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária – Dogival dos Santos Hipólito – 2º grau Tribunal Corregedoria – Valéria da Silva Cripa Pires – 1º grau (Cartórios Eleitorais)				
<b>Quando medir</b>	Mensalmente				
<b>Onde medir</b>	Sistema de Acompanhamento Processual				
<b>Como medir</b>	Total de Processos Judiciais Finalizados com Prazo de Tramitação Inferior a Um Ano (TPJP1) dividido pelo Total de Processos Judiciais Finalizados (TPJF), multiplicado por cem.  (TPJP1 X 100) / TPJF  Obs. 1: Os resultados serão mensurados por instância. Obs. 2: Considera-se Processo Finalizado aquele com decisão definitiva de mérito na instância (transitado em julgado ou com recurso para instância superior). Obs. 3: O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de protocolo do processo até o momento da expedição/arquivo.				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurado no 1º grau.				
<b>Linha de Base referente ao 2º Grau</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009 (nov.)</b>
	58%	99%	34%	95%	54%
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aumentar para 100% o percentual de processos judiciais julgados no prazo até um ano no 2º grau em anos eleitorais e nos demais anos atingir 70%.				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	100%	70%	100%	70%	100%
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aumentar para 100% o percentual de processos judiciais julgados no prazo até um ano no 1º grau em anos eleitorais e nos demais anos atingir 70%. Obs.: O sistema será implantado nos Cartórios Eleitorais em 2010.				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Implantado	-	100%	70%	100%
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Tribunal</b>	74,23	88,96	-	-	-
<b>Zonas Eleitorais</b>	72,30	70,80	-	-	-

<b>Cartórios Eleitorais</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Tribunal</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Processos julgados dentro de um ano (TPJP1)	3781	9071	Processos julgados dentro de um ano (TPJP1)	5882	2869
Total de casos julgados (TPJF)	5229	12812	Total de casos julgados (TPJF)	7924	3225
<b>Análise</b>	Metas cumpridas				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXII – Indicador n.º 17 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Prestações de contas julgadas no prazo</b>	
<b>Objetivo Estratégico:</b> Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro do prazo determinado no calendário eleitoral.
<b>Para que medir</b>	Garantir a agilidade do controle, tendo em vista a relevância dos resultados dos julgamentos.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Controle Interno – Mauro Marques Batista – 2º grau, será necessário o apoio da Corregedoria – Valéria da Silva Cripa Pires – para aferição junto aos Cartórios Eleitorais (1º grau)
<b>Quando medir</b>	Bianualmente (mês de janeiro dos anos eleitorais) – 2012
<b>Onde medir</b>	Sistema de Acompanhamento das Contas ou contagem física
<b>Como Medir</b>	<p>Total de Prestações de Contas Julgadas (TPCJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas (TPC), multiplicado por cem (relativo Eleições 2010)</p> $\frac{TPCJ}{TPC} \times 100$ <p>TPCJ: Total de Prestações de Contas Julgadas = 2040 TPC: Total de Prestações de Contas entregues dentro do prazo = 2319</p> $\frac{2040}{2319} \times 100 = 87,97\%$ <p><b>1.</b> Total de Prestações de Contas dos Candidatos Eleitos e Suplentes Julgadas (TPCCEJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas dos Candidatos Eleitos e Suplentes (TPCCE), multiplicado por cem. (relativo Eleições 2010)</p> $\frac{TPCCEJ}{TPCCE} \times 100$ <p>TPCCEJ: Total de Prestações de Contas dos Candidatos Eleitos e Suplentes Julgadas = 224 TPCCE: Total de Prestações de Contas dos Candidatos Eleitos e Suplentes = 226</p> $\frac{224}{226} \times 100 = 99,12\%$ <p><b>2.</b> Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos Julgadas (PCNEJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos (TPCCNE), multiplicado por cem. (relativo Eleições 2010)</p> $\frac{TPCCNEJ}{TPCCNE} \times 100$ <p>TPCCNEJ: Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos Julgadas = 1816 TPCCNE: Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos = 2093</p> $\frac{1816}{2093} \times 100 = 86,77\%$ <p>Obs. 1: Entram na contagem somente os processos referentes às contas eleitorais. Obs. 2: Serão levadas em consideração somente as contas prestadas dentro do prazo legal</p>



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXII – Indicador n.º 17 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Situação inicial</b>	Não mensurado				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2010, entregues dentro do prazo legal, até dezembro de 2011 – Tribunal - para 2013 julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012, entregues dentro do prazo legal, até dezembro de 2013. (1º grau) – Cartórios Eleitorais				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	-	Julgar 100% das contas de 2010	-	100% das contas de 2012	-
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Não mensurado	87,97	-	-	-
<b>Análise:</b> A Seção de Contas Eleitorais da Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias recebeu, relativamente às eleições 2010, 2.957 prestações de contas, tendo julgado 84,84% até 31/12/2011, correspondendo a 2.509 prestações de contas. Em relação ao indicador ora analisado, das 2.319 prestações de contas de candidatos entregues no prazo legal de 02/11/2010, foram julgadas 2.040, equivalentes a 87,97% do total. A despeito de restar sem julgamento uma parcela das contas entregues dentro do prazo, esta Unidade Técnica entende que houve sucesso no atendimento da meta, posto que logrou julgar até 31/12/2011, número superior ao número de prestações de contas ingressadas no prazo de 02/11/2010. Cumpre registrar ainda que o processo de prestação de contas tem um ciclo de processamento que envolve diversas manifestações do órgão técnico e do candidato, bem como a atuação de outras áreas deste Tribunal. Nesse sentido, este órgão técnico conseguiu expedir parecer conclusivo até 31/12/2011, sobre todas as prestações de contas entregues no prazo legal, submetendo aos respectivos relatores o julgamento dos feitos.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXIII – Indicador n.º 20 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de atendimento à demanda</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Garantir a agilidade nos trâmites judiciais					
<b>O que mede</b>	(Eficiência) A vazão de processos				
<b>Para que medir</b>	Para verificar o desempenho com vistas em garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e assegurar a razoável duração do processo.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária – Dogival dos Santos Hipólito – 2º grau Corregedoria – Valéria da Silva Cripa Pires – 1º grau.				
<b>Quando medir</b>	Semestralmente				
<b>Onde medir</b>	No Tribunal e nos Cartórios Eleitorais e nas Secretarias do TRE/SP.				
<b>Como medir</b>	Processos baixados (Pb) / casos novos (Cn) x 100 Divisão em 1º e 2º grau  1) Tribunal : $\frac{3.615}{3.130} \times 100 = 115,50\%$  2) Cartórios: $\frac{11.525}{11.366} \times 100 = 101,40\%$				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurado. A média de 2005 a 2009 foi 82% para o Tribunal. Não houve mensuração para os Cartórios Eleitorais				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aumentar para 100 % o atendimento a demanda, até 2014				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Tribunal</b>	90,27	115,50	-	-	-
<b>Zonas Eleitorais</b>	254,45	101,40	-	-	-

<b>Cartórios Eleitorais</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Tribunal</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Processos baixados no período (Pb)	5.229	11.525	Processos baixados no período (Pb)	7.924	3.615
Casos novos no período (Cn)	2.055	11.366	Casos novos no período (Cn)	8.778	3.130
<b>Análise</b>	As metas fixadas foram atingidas, pois houve pleno atendimento à demanda, os números de processos baixados foram superiores aos novos casos autuados.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXIV – Indicador n.º 21 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de processos antigos</b>	
<b>Objetivo Estratégico:</b> Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
<b>O que mede</b>	(Eficiência – Descritor estatístico) A variação do número de processos antigos no TRE SP.
<b>Para que medir</b>	Para verificar o desempenho com vistas em garantir a redução do número de processos antigos e assegurar a razoável duração do processo.
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária: Dogival dos Santos Hipólito – 2º grau Corregedoria – Regina do Sameiro – 1º grau
<b>Quando medir</b>	Semestralmente
<b>Onde medir</b>	No Tribunal e nos Cartórios Eleitorais
<b>Como medir</b>	<p>% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes (<math>\frac{PP}{TPP} \times 100</math>)</p> <p>1) Tribunal : <math>\frac{175}{4.208} \times 100 = 4,16\%</math></p> <p>2) Zonas Eleitorais: <math>\frac{858}{3.361} \times 100 = 25,52\%</math></p>
<b>Situação inicial</b>	Em 2006 – 88%, em 2007 – 151%, em 2008 – 189%, em 2009 183%
<b>Meta do TRE/SP</b>	Baixar pela metade índice de processos antigos.

Tribunal – índice de processos antigos	2010	1,41%	Processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) (PP)	2010	51	Total de processos pendentes (TPP)	2010	3.619
	2011	4,16%		2011	175		2011	4.208
Zonas Eleitorais – índice de processos antigos	2010	0,36%	Processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) (PP)	2010	509	Total de processos pendentes (TPP)	2010	141.259
	2011	25,52%		2011	858		2011	3.361
<b>Análise</b>	Não houve um desempenho satisfatório.							



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXV – Indicador n.º 24 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de agilidade na publicação dos acórdãos</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> 12. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) A aderência TRE/SP aos padrões estipulados pelo Poder Judiciário com relação ao tempo de demora na publicação de acórdãos.				
<b>Para que medir</b>	Para verificar o desempenho com vistas em garantir a redução do número de processos antigos e assegurar a razoável duração do processo.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria Judiciária - Dogival dos Santos Hipólito				
<b>Quando medir</b>	Semestralmente				
<b>Onde medir</b>	No Tribunal e nos Cartórios Eleitorais				
<b>Como medir</b>	$\% \text{ de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias / total de acórdãos a publicar}$ $\frac{2.128}{2.145} \times 100 = 99,21\%$				
<b>Situação inicial</b>	Prazo padrão de 10 dias.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	77,93	99,21	-	-	-
<b>Análise</b>	Meta cumprida				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXVI – Indicador n.º 29 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de gestão participativa</b>					
<b>O que mede</b>	(Eficácia) Qual o grau de participação dos envolvidos na gestão.				
<b>Para que medir</b>	Para que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando a resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).				
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (ASSPE) – Regina Rufino.				
<b>Quando medir</b>	Trimestralmente				
<b>Onde medir</b>	Secretaria e Cartório Eleitorais.				
<b>Como medir</b>	(% entre reuniões de execução da estratégia realizadas / reuniões previstas no período).				
<b>Situação inicial</b>	Não existente.				
<b>Meta</b>	Realizar pelo menos 4 reuniões por ano.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	50	0	-	-	-
<b>Análise</b>	<p>Secretaria do Tribunal Não foram realizadas Reuniões de Análises das Estratégicas, sendo as questões relativas ao planejamento estratégico tratadas de forma esparsa em reuniões administrativas promovidas pela Diretoria-Geral.</p> <p>Cartórios Eleitorais:</p> <p>Em que pese a meta não ter sido cumprida, o Tribunal tem envidado esforços para alcançar o objetivo estratégico “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia”. Nesse sentido, o alinhamento dos servidores ao Plano Estratégico institucional tem sido tratado em reuniões presenciais, com a participação de 240 servidores lotados na Secretaria e Cartórios da Capital, bem como por meio da transmissão de informações de forma interativa utilizando o ambiente EAD envolvendo 632 servidores lotados nos Cartórios do Interior, sendo que estes últimos participaram de pesquisa para aferir o grau de alinhamento dos servidores ao planejamento estratégico.</p>				





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXVII – Indicador n.º 31 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet</b>	
<b>Objetivo Estratégico:</b> Aprimorar a comunicação com o público interno e externo	
<b>O que mede</b>	(Eficácia) A oferta de informações à sociedade na busca de maior transparência.
<b>Para que medir</b>	Para permitir a melhoria da comunicação com públicos externos, disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do Poder Judiciário, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários e de desempenho operacional.
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Comunicação Social do TRE/SP – Eliana Passarelli com apoio e participação de: Secretaria de Orçamento e Finanças - Mauro Marques Batista Secretaria de Tecnologia da Informação – Alcina Mara M.G. Rodrigues
<b>Quando medir</b>	Anualmente
<b>Onde medir</b>	No Tribunal e nos Cartórios Eleitorais
<b>Como medir</b>	% entre informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet/ total de informações orçamentárias e financeiras 27.1 IOFD – Informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet = 9 27.2 TIOF – Total de informações orçamentárias e financeiras previstas na Resolução da Transparência (Anexo I e II da Resolução CNJ n.º 102/2009 e letras “a”, “b” e “c”, inciso III, art. 2º da Resolução CNJ n.º 79/009), bem como o Relatório de Gestão Fiscal, previsto Lei complementar n.º 101/2000, com publicação quadrimestral e Relatório de Gestão previsto na Instrução Normativa TCU n.º 63/2010(publicação anual ) = 9  (9/9)X100 = 100%
<b>Situação inicial</b>	Iniciada em setembro com a disponibilização do Relatório de Gestão no <i>site</i> do TCU
<b>Meta do TRE/SP</b>	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras, até 2014
<b>% de alcance da meta</b>	100%
<b>Análise</b>	Para garantir o atendimento das normas legais, são atualizados periodicamente na internet, nas páginas “Transparência” e “Contas Públicas” os dados orçamentários e financeiros contidos no sistema do Governo Federal intitulado SIAFI.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXVIII – Indicador n.º 32 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de inserções institucionais na mídia</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> 07. Aprimorar a comunicação com o público interno e externo					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – descritor estatístico) As inserções institucionais na mídia.				
<b>Para que medir</b>	Para gerir e analisar os impactos das inserções veiculadas na mídia sobre o TRE SP.				
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Comunicação Social do TRE/SP – Eliana Passarelli				
<b>Quando medir</b>	Semestralmente				
<b>Onde medir</b>	Rádio, televisão, jornais e revistas				
<b>Como medir</b>	Quantidade de inserções na mídia, no período				
<b>Situação inicial</b>	No último ano eleitoral: 800 inserções em mídia impressa, 120 na televisão e 170 no Rádio, totalizando 1.090 inserções em 2008.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aumentar em 10 % o número de inserções institucionais na mídia, até 2014				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	243	339	-	-	-
<b>Análise</b>	A meta estabelecida de aumentar em 10% do número de inserções institucionais na mídia até 2014 já havia sido atingida no ano eleitoral de 2010 (3.743 inserções), que teve como parâmetro o ano eleitoral de 2008. Em 2011 (1.043 inserções) foi registrado menos de um terço de inserções em relação à medição anterior. A diferença nos resultados ampara-se na menor exposição da Justiça Eleitoral em ano sem pleito.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XXXIX – Indicador n.º 33 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de matérias institucionais positivas</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> Aprimorar a comunicação com o público interno e externo					
<b>O que mede</b>	(Eficácia – descritor estatístico) A publicação de matérias positivas sobre a instituição na mídia.				
<b>Para que medir</b>	Para gerir notícias veiculadas na mídia sobre a TRE SP.				
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Comunicação Social do TRE/SP – Eliana Passarelli				
<b>Quando medir</b>	Mensalmente				
<b>Onde medir</b>	Rádio, televisão, jornais e revistas.				
<b>Como medir</b>	% entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o tribunal, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o Tribunal $(979/1.043) \times 100 = 93,86$				
<b>Situação inicial</b>	Não mensurada.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Ampliar em 10 % as matérias institucionais positivas na mídia, ano a ano, a partir da primeira medição, até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	98,21	93,86	-	-	-
<b>Análise</b>	<p>Na análise de 2010, foram consideradas positivas também as publicações de caráter <i>neutro/informativo</i>, uma vez que a matéria jornalística, a princípio, deve ser neutra em sua abordagem, sem juízo de valor, que é restrito às colunas e editoriais. Ademais, apesar de neutra a informação gera conceitos positivos para a instituição, uma vez que divulga os trabalhos realizados e os esforços para o cumprimento da sua missão.</p> <p>Deste método, observou-se 98,21% de matérias positivas naquele ano e 93,86% em 2011, indicando, além de não se ter atingido o objetivo (aumento em 10% do número de inserções positivas), queda de percentual em relação ao ano anterior.</p> <p>Ressalta-se que, diante do índice obtido em 2010 (98,21%), para alcançarmos a meta, ou seja, 100% de matérias positivas, não poderíamos ter registrado nenhuma matéria negativa, o que não ocorreu. Ressaltamos que o fato já havia sido mencionado no relatório de 2010.</p> <p>Caso considere-se apenas as publicações positivas (excluindo-se as neutras/informativas), a porcentagem obtida em 2010 corresponderia a 2,5% e em 2011 a 2,8%. Ainda assim, apesar de se observar aumento de 0,3% nas matérias positivas, não foi possível o aumento em 10% como prevê a Resolução TRE 213/2009. Tais resultados decorrem da neutralidade da mídia, fator que provavelmente manterá estabilizado o índice nesse patamar.</p>				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XL – Indicador n.º 35 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> 03. Desenvolver habilidades, atitudes e conhecimentos sobre as novas técnicas administrativas					
<b>O que mede</b>	(Eficácia) A adesão aos planos de capacitação estratégicas do Tribunal e do CNJ.				
<b>Para que medir</b>	Para saber se os magistrados e servidores já receberam acesso aos conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas – Joaquim Marcos Paris de Godoy Secretaria de Orçamento e Finanças - Mauro Marques Batista				
<b>Quando medir</b>	Anualmente				
<b>Onde medir</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas				
<b>Como medir</b>	$\frac{1.870.732,91}{465.774.886,13} \times 100 = 0,40\%$				
<b>Situação inicial</b>	4% aplicado em 2008.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aplicar 6% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014. Obs.: em face dos trabalhos preparatórios para realização do pleito foram priorizados os treinamentos internos ministrados por servidores do Tribunal, redefinindo-se o percentual da meta para 3%.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Não mensurado	0,40	-	-	-
<b>Análise</b>	Meta não atingida				

Quadro XLI – Indicador n.º 37 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de execução do orçamento estratégico</b>					
<b>Objetivo Estratégico:</b> 01. Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
<b>O que mede</b>	(Eficácia) A taxa de obtenção dos orçamentários necessários para a execução da estratégia.				
<b>Para que medir</b>	Para acompanhar a obtenção de recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.				
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças - Mauro Marques Batista				
<b>Quando medir</b>	Anualmente				
<b>Onde medir</b>	No Tribunal				
<b>Como medir</b>	$\frac{(2.543.510,39 \times 100)}{3.110.000,00} = 81,78\%$				
<b>Situação inicial</b>	No ano de 2007 foi executado 84,94%, em 2008, 50,77% e, em 2009, foi obtido 100%, resultando em uma média de 78,57%.				
<b>Meta do TRE/SP</b>	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014.				
<b>% de alcance da meta</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	Não mensurado	81,78	-	-	-
<b>Análise</b>	Resultado satisfatório, pois demonstra o esforço do Tribunal em cumprir a meta.				



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XLII – Indicador n.º 38 da Resolução TRE/SP 213/2009

<b>Nome: Índice de requisição na Justiça Eleitoral</b>	
<b>O que mede</b>	(Eficácia – Descritor estatístico) O percentual de servidores requisitados nos Cartórios e no Tribunal Regional Eleitoral.
<b>Para quê medir</b>	Para avaliar a adequação da proporcionalidade da força de trabalho requisitada à disposição da Justiça Eleitoral.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas – Joaquim Marcos Paris de Godoy
<b>Quando medir</b>	Anualmente (em janeiro)
<b>Onde medir</b>	Em todos os órgãos da Justiça Eleitoral
<b>Como medir</b>	Total de servidores requisitados (TSR) dividido pelo total de servidores, efetivos e requisitados (TS), multiplicado por cem.  $\frac{TSR}{TS} \times 100$ <p>S - servidores efetivos = 1.921            TSR - servidores requisitados em 31/12/2011 = 2.310            TS = 4.231  <math>2.310 / 4.231 \times 100 = 54,60 \%</math></p>
<b>Situação inicial</b>	Média de 57% (em 2009 - 57%, em 2008 – 56% e em 2007 – 56%)

<b>Meta do TRE/SP</b>	Reduzir o percentual de requisitados para X% até 2014.	<b>Tópico</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
		TSR	2.513	2.385	2.539	-
		TS	4.457	4.286	4.437	-
	Índice	56%	56%	57%	-	
	% de alcance da meta	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
		Não mensurado	54,60	-	-	-

<b>Análise</b>	Comparando o índice de 2009 e o acima apresentado temos uma diminuição pequena do número de requisitados. Para diminuir o percentual em número mais significativos há necessidade premente de que sejam criados cargos efetivos para a Justiça Eleitoral. Assim, a partir de novos provimentos poderemos diminuir a necessidade de utilização da mão de obra requisitada.
----------------	---

Nota: Não houve definição de meta para o ano de 2010, isto porque a falta de recursos humanos nos Cartórios Eleitorais impõe a utilização de maior número de servidores requisitados no período eleitoral.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

### 3 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro XLIII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2010	388.426,83	-	388.426,83	31.581,00
2009	4.838,34	-	4.838,34	191.730,16
2008	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2010	26.880.591,87	1.674.812,33	24.650.974,67	554.804,87
2009	636.950,66	28.517,58	436.401,52	172.031,56
2008	154.476,29	-	-	154.476,29
2007	168.510,05	2.555,37	-	165.954,68

Fonte: SIAFI

#### **A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ**

Os restos a pagar são pagos normalmente mediante a liquidação dos processos de pagamento à medida que os serviços são realizados ou os bens são entregues. Durante o exercício seguinte os recursos para o seu pagamento serão provenientes de descentralizações de crédito recebidas, realizados pela nossa unidade descentralizadora, o Tribunal Superior Eleitoral, sem nenhum percalço.

#### **Os impactos porventura existentes na gestão financeira**

Os pagamentos dos Restos a Pagar de exercícios anteriores não causaram impactos na gestão financeira do TRE/SP, devido ao dispositivo constitucional que assegura ao Poder Judiciário a garantia dos recursos financeiros até o limite da dotação orçamentária recebida.

#### **Razões da permanência dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores:**

R\$ 4.838,34 – a 2009NE000806 foi inscrita em Restos a Pagar Não Processados 2009, no valor de R\$ 146.616,51. No exercício de 2010 na fase de liquidação da despesa constatou-se irregularidade na prestação de serviço e assim a nota fiscal foi sobrestada para o resguardo do valor de R\$ 4.838,34 para eventual aplicação de penalidade, motivo pelo qual iniciou o exercício de 2011 com o valor registrado como Restos a Pagar Processado de exercícios anteriores.

R\$ 31.581,00 – sobrestamento realizado em nota fiscal para resguardo de valores referentes a possível aplicação de penalidade à empresa Aurus Industrial S.A., relativo ao contrato de aquisição de estantes deslizantes.

R\$ 191.730,16 – o pagamento das faturas foi programado para a primeira semana de 2012.

R\$ 1.047.267,40 – a necessidade de permanência de Restos a Pagar Não Processados em mais de



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

um ano, foi ocasionadas por pendências processuais e/ou contratuais, tais como: atrasos na execução de contratos, faturas contestadas junto às empresas que eventualmente poderão ser pagas, e notas fiscais sobrestadas para possíveis aplicações de penalidades às empresas que inadimpliram cláusulas contratuais.

A prorrogação dos Restos a Pagar Não Processados 2007, 2008, 2009 e 2010 foi autorizada pelos Decretos n.º 7.418, de 31/12/2010 e de n.º 7.468, de 28/04/2011.

Houve ainda cancelamentos diversos em razão de pendências verificadas na entrega de bens que não foram efetivadas e assim optou-se pela rescisão contratual com o consequente cancelamento dos restos a pagar. Outra causa de cancelamentos foi a impossibilidade de execução de alguns serviços contratados o que gerou rescisões contratuais.

Ressalte-se que não houve registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI – de Restos a Pagar de exercícios anteriores, sem o devido amparo legal.

**Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão do RP**

1. postura evasiva ou ausência de controles por parte do departamento de cobrança das Contratadas, que acarreta adiamento da resposta à consulta sobre a existência de eventuais faturamentos pendentes;
2. atraso na execução de contrato que envolve projeto complexo e serviços de instalação/configuração que inviabiliza o recebimento definitivo do projeto;
3. contratos cujo objeto são obras e/ou serviços de engenharia, que por deficiências técnicas das empresas contratadas não são concluídos ou têm seu prazo de execução dilatado, ora no interesse da Administração, ora por interesse da Contratada;
4. solicitação de troca de marca do material por desabastecimento ou descontinuidade no mercado do material empenhado originalmente, o que enseja, não raras vezes, a recusa por parte da Administração quando o bem oferecido não atende às especificações contratadas.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

#### 4 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

##### 4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FORÇA DE TRABALHO

Quadro XLIV – Força de Trabalho

Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>5.095</b>	<b>4.244</b>	<b>172</b>	<b>591</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>5.095</b>	<b>4.244</b>	<b>172</b>	<b>591</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.034	1.921	1	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	13	13	1	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3.048	2.310	170	557
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>5.095</b>	<b>4.244</b>	<b>172</b>	<b>591</b>

Fonte: sistema SGRH

Quadro XLV – Situações que Reduzem a Força de Trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31/12/2011
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de cargo em comissão	2
1.2. Exercício de função de confiança	6
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para exercício de mandato eletivo	-
2.2. Para estudo ou missão no exterior	-
2.3. Para serviço em organismo internacional	-
2.4. Para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	94
3.1. De ofício, no interesse da Administração	8
3.2. A pedido, a critério da Administração	66
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	8
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	6
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por processo seletivo	6
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	106

Fonte: sistema SGRH





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XLVI – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	50	50	5	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	49	49	5	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>572</b>	<b>572</b>	<b>153</b>	<b>153</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	549	549	142	142
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	23	23	11	11
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>622</b>	<b>622</b>	<b>158</b>	<b>158</b>

Fonte: sistema SGRH

Quadro XLVII – Quantidade de Servidores por Faixa Etária

Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>187</b>	<b>679</b>	<b>663</b>	<b>310</b>	<b>82</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	187	679	663	310	82
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>187</b>	<b>679</b>	<b>663</b>	<b>310</b>	<b>82</b>

Fonte: sistema SGRH



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro XLVIII – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade

Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>340</b>	<b>572</b>	<b>19</b>	<b>935</b>	<b>20</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	4	1	25	340	572	19	935	20	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>340</b>	<b>572</b>	<b>19</b>	<b>935</b>	<b>20</b>	<b>5</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

#### 4.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro XLIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>273</b>	<b>28</b>
1.1 Voluntária	240	28
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	32	-
1.4 Outras	1	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>141</b>	<b>4</b>
2.1 Voluntária	121	1
2.2 Compulsória	4	1
2.3 Invalidez Permanente	6	2
2.4 Outras	10	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>414</b>	<b>32</b>

Fonte: sistema SGRH



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro L - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>135</b>	<b>15</b>
1.1. Integral	119	14
1.2. Proporcional	16	1
<b>2. Em Atividade</b>	<b>49</b>	<b>4</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>184</b>	<b>19</b>

Fonte: sistema SGRH

#### 4.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro LI – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Custo do Exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-
<b>Nível Médio</b>					
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

#### 4.4 – QUADRO DE CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Quadro LII – Quadro de Custos										
Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores									Valores em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2011	-	-	34.027.958,30	-	152.583,82	-	-	5.849.733,10	-	40.030.275,22
2010	-	-	37.131.913,62	-	109.588,63	-	-	3.349.255,69	-	40.590.757,94
2009	-	-	34.163.295,85	-	35.963,90	-	-	26.247,37	-	34.225.507,12
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2011	67.219.054,79	-	42.043.198,71	9.128.693,38	12.103.618,08	5.100.370,27	1.378.000,01	441.801,83	-	137.414.737,07
2010	69.120.551,77	-	42.747.390,10	18.955.979,86	13.695.599,34	5.095.437,85	1.278.514,66	9.060.647,97	-	159.954.121,55
2009	67.452.137,13	-	41.676.395,50	7.337.352,38	10.656.380,94	4.937.718,81	1.400.231,70	4.535.504,13	-	137.995.720,59
Servidores com Contratos Temporários										
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2011	5.204.803,50	-1.902,45	3.085.914,11	568.288,28	774.611,65	274.665,73	305,75	33.376,49	-	9.940.063,06
2010	1.928.207,99	-	1.039.568,69	232.682,32	278.209,88	95.524,65	169,87	741.325,48	-	4.315.688,88
2009	1.702.399,47	-	997.204,40	216.553,34	203.491,35	85.000,14	-	360.264,61	-	3.564.913,31
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LII – Quadro de Custos										
Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores										Valores em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	37.172.264,51	13.693.565,42	22.224.100,72	5.648.556,86	5.767.633,08	2.668.906,70	121.056,30	261.387,29	-	87.557.470,88
2010	37.346.740,27	13.646.379,11	22.170.351,29	10.716.463,75	5.943.909,19	2.561.871,90	124.161,22	12.504.207,71	-	105.014.084,44
2009	38.018.950,73	13.655.702,64	22.309.644,16	4.650.419,73	5.230.656,24	2.512.607,79	147.613,00	8.425.534,86	-	94.951.129,15
Fonte: sistema SGRH										
Nota:										
Foram incluídas contas contábeis nas seguintes colunas:										
1. Vencimentos e vantagens fixas: 3190.11.01, 3190.11.05, 3190.11.28 e 3190.11.31 (juros cargos em comissão optante);										
2. Retribuições: 3190.11.33 (FC) e 3190.11.31 (cargo em comissão optante);										
3. Gratificações: 3190.11.31 (GAS) , 3190.11.31 (GAJ), 3190.11.33 (membros, juízes e promotores), 3190.11.43 e 3190.16.08;										
4. Adicionais: 3190.11.04, 3190.11.09, 3190.11.10, 3190.11.13, 3190.11.37, 3190.11.42, 3190.11.45 e 3190.16.44;										
5. Indenização: 3390.08.55, 3390.14.14, 3390.46.01, 3390.49.01, 3390.93.11;										
6. Benefícios Assistenciais e previdenciários: 3190.08.01, 3190.08.05, 3190.11.07 e 3390.93.08 (assist. médica);										
7. Demais despesas variáveis: 3190.11.33 – pró-labore, 3190.16.32 e										
8. Despesas de exercícios anteriores: 3190.92.01 e 3190.92.80										



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**4.5 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**  
**Quadro de Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão**

Quadro LIII – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
	-	-	-	-	-

Fonte:

Quadro LIV – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
	-	-
	-	-

Fonte:

Quadro LV – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
	-	-	-
	-	-	-

Fonte:



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LVI - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</b>													
<b>UG/Gestão: 070018</b>							<b>CNPJ: 06.302.492/0001-56</b>						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	PF - 01/10	06.069.276/0001-02	01/04/10	31/03/13	36	42	-	-	-	-	P
2011	L	O	PF - 19/11	11.873.000/0001-12	25/07/11	31/12/11	12	12	-	-	-	-	E
2009	L	O	PF - 34/09	09.445.502/0001-09	01/10/09	30/09/12	64	65	-	-	-	-	P
2007	V	O	PF - 15/07	47.190.129/0001-73	01/08/07	31/07/12	13	14	-	-	-	-	P
2011	V	O	PF-19/11	03.038.653/0001-58	25/07/11	31/12/11	04	04	-	-	-	-	E
2011	L	E	DLF-127/11	09.445.502/0001-09	16/09/11	31/12/11	99	99	-	-	-	-	E
2009	L	O	PF-73/08	03.267.511/0001-62	16/02/09	15/09/11	98	99	-	-	-	-	E

Fonte: Controle da ScGC



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LVII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</b>													
<b>UG/Gestão: 070018</b>							<b>CNPJ: 06.302.492/0001-56</b>						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	PF-08/11	03.022.122/0001-77	13/06/11	12/06/12	27	27	-	-	-	-	A
2010	2	O	PF - 13/10 Carregadores, encanadores, serralheiros e outros	59.231.555/0001-97	24/07/10	23/07/12	73	73	-	-	-	-	P
2011	1	O	PF - 19/11 – Carregadores	00.482.840/0001-38	25/07/11	31/12/11	03	03	-	-	-	-	E
2011	3	O	PF - 32/11 – Garçonaria	57.695.058/0001-14	01/12/11	30/11/12	05	05	-	-	-	-	A
2011	3	O	PF - 32/11 – Copeiragem	57.695.058/0001-14	01/12/11	30/11/12	08	08	-	-	-	-	A
2008	1	O	PF - 44/08 – Ascensoristas	03.927.256/0001-37	01/10/08	30/09/12	14	14	-	-	-	-	P
2011	1	O	PF-24/11 Auxiliares administrativos	05.969.071/0001-10	24/08/11	23/11/11	-	-	50	50	-	-	E
2011	1	E	DLF-57/11	03.065.282/0001-01	12/05/11	11/06/11	24	24	-	-	-	-	E
2010	1	E	DLF-134/10 – Motoristas	03.065.282/0001-01	23/11/10	22/04/11	24	24	-	-	-	-	E
2011	1	O	PF - 58/10 – Mensageria	09.445.502/0001-09	01/02/11	31/01/13	39	39	-	-	-	-	P

Fonte: sistema SPIUNET e banco de dados da SAM/SGS





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**LEGENDA**

**Área:**

- 1) Apoio administrativo técnico e operacional;
- 2) Manutenção e conservação de bens imóveis;
- 3) Serviços de copa e cozinha;
- 4) Manutenção e conservação de bens móveis;
- 5) Serviços de brigada de incêndio;
- 6) Apoio administrativo – menores aprendizes;
- 7) Higiene e limpeza;
- 8) Vigilância ostensiva;
- 9) Outras.

**4.6 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

A Secretaria de Gestão de Pessoas não possui indicadores gerenciais instituídos para o ano de 2011, somente os indicados na Resolução TRE/SP n.º 213/2009.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**5 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10/11/1993, QUANTO À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.**

Quadro LVIII – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei n.º 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	4	5	2
	Entregaram a DBR	4	5	2
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	158	158	622
	Entregaram a DBR	158	158	622
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: sistema SGRH

**Análise:**

A fim de garantir o cumprimento das exigências estabelecidas na Lei n.º 8.730/1993, relativas à entrega de declaração de bens e rendas foi comunicado por meio da Linha Direta n.º 49 (Secretaria), 69 (Capital) e 64 (Interior), acerca da obrigatoriedade de providenciar, até 15/5/2011, a atualização da declaração de bens e rendas, sendo disponibilizado sistema para possibilitar a gravação na Intranet deste Regional.

Pelo Sistema de Gestão em Recursos Humanos, Módulo de Gestão, Relatório – Declaração de Imposto de Renda, foi possível acompanhar por relatórios a entrega das declarações, sendo instaurados dois processos administrativos pelo descumprimento da entrega da declaração de bens (SADP n.ºs 207.876/2011 e 207.875/2011), que foram arquivados, tendo todos os servidores entregado as declarações de bens e rendas.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## 6 – INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Quadro LIX - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LIX - Estrutura de Controles Internos da UJ

<b>Aspectos do sistema de Controle Interno</b>	<b>Avaliação</b>				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				<b>X</b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				<b>X</b>	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			<b>X</b>		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		<b>X</b>			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>X</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					<b>X</b>
Considerações gerais: para análise dos quesitos respondidos a UJ utilizou de reuniões estruturadas com a participação de Assessores, Secretários e Diretora-Geral.					
<b>LEGENDA:</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## 7 – INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Quadro LX – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n.º 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? A Campanha é realizada por meio de cartazes, palestras e emissão de comunicados					X



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LX – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?  A Campanha é realizada por meio de cartazes, palestras e emissão de comunicados</p>					X
<p>Considerações Gerais: todos os itens foram preenchidos em grupo e os itens do 1 a 10 foram preenchidos pelos respondentes da área de Licitações. Dos itens 11 a 13 por duas Comissões: Comissão Permanente do Combate ao Desperdício e pela Comissão Ambiental</p>					
<p><b>LEGENDA</b>  <b>Níveis de Avaliação:</b>  (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

<b>Informações complementares ao Quadro LX</b> <b>Campanhas e Ações do TRE/SP para economia de recursos</b> <b>Período de 2009-2011</b>		
Item	Descrição	Método de Divulgação/Conscientização
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	“Hora do Planeta”: conscientização sobre a importância de economizar energia elétrica no trabalho e na vida privada; chamando as pessoas a participarem do movimento global denominado “Hora do Planeta”, com explicações.	Comunicado interno (Linha Direta)
	Cursos: “Manutenção de Instalações Prediais”, “Certificações Ambientais de Edificações “.	Capacitação de servidores
	Implementação das seguintes ações: substituição de equipamentos (monitores, impressoras, aparelhos de ar condicionado) por similares com menor consumo energético; configuração de equipamentos para o modo econômico; criação de rotinas no fechamento dos prédios com vistas à economia de energia elétrica, campanha de sensibilização de servidores para apagar as luzes ao sair e outras formas de economizar energia.	Diversas: orientações administrativas internas, comunicado interno (Linha Direta) e comunicação visual



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

<b>Informações complementares ao Quadro LX</b> <b>Campanhas e Ações do TRE/SP para economia de recursos</b> <b>Período de 2009-2011</b>		
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Método de Divulgação/Conscientização</b>
<b>ÁGUA</b>	“Dia Mundial da Água”: conscientização sobre a importância de economizar água no trabalho e na vida privada, com veiculação de “dicas”, tais como: fechar a torneira enquanto se barbear, escovar os dentes e lavar louça; reduzir o tempo de banho etc.	Comunicado interno (Linha Direta)
	Implementação das seguintes ações: aquisição de sistema de telemedição de consumo de água, criação de rotina de checagem a fim de detectar precocemente vazamentos; racionalização de lavagem de áreas externas e internas, orientação da contratada para prestação de serviços de limpeza para informar quaisquer vazamentos nos sanitários, estudos para substituição de torneiras, válvulas de descarga econômicas.	Orientações administrativas internas.
	Cursos: “Manutenção de Instalações Prediais”, “Certificações Ambientais de Edificações “.	Capacitação de servidores
<b>PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ECONOMIA DE RECURSOS NATURAIS</b>	Campanha “O planeta não espera pela nossa consciência”, resultando na fixação de cartazes educativos na Secretaria e nos Cartórios da Capital e Interior, elaborados com o apoio da Associação Beneficente da Justiça Eleitoral – ABJE, inclusive com envio para outros Órgãos, englobando vários temas, por exemplo: adoção de animais; economia de água; descarte correto de pilhas, baterias, remédios, lâmpadas fluorescentes; reciclagem.	Cartazes e comunicado interno (Linha Direta)
	Apresentação e orientação para a filosofia dos Três Erres: “Reduzir, Reutilizar e Reciclar”, orientando sobre inúmeras medidas relacionadas ao uso racional dos recursos materiais e naturais, quanto à economia de papel, de água, de telefone, de tempo, de copos plásticos, dentre outros.	Comunicado interno (Linha Direta)
	Criação da figura do “Fiscal-ECO” e respectivo suplente, em cada dependência, para atuar como supervisor da efetividade de medidas determinadas aos servidores visando a economia de recursos.	Comunicado Interno (Linha Direta) e treinamento dos “fiscais-ECO”
	Cursos: “Gestão Ambiental” e “Construção de Indicadores e Mapeamento de processos para aumento de Produtividade e Redução de Desperdícios na Administração Pública”	Capacitação de Servidores



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

<b>Informações complementares ao Quadro LX</b> <b>Campanhas e Ações do TRE/SP para economia de recursos</b> <b>Período de 2009-2011</b>		
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Método de Divulgação/Conscientização</b>
<b>Proteção do Meio Ambiente e Economia de Recursos Naturais</b>	Realização da “I Semana do Meio Ambiente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo”, de 1º a 5 de junho de 2009, com cinco palestras visando a conscientização sobre o tema.	Ciclo de palestras
	Realização de palestras sobre o tema na 1ª sexta-feira do mês	Ciclo de Palestras
	Implantação interna da coleta seletiva de lixo, com aquisição de <i>containers</i> próprios para separação de resíduos orgânicos e recicláveis – ações específicas para coleta de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e <i>toners</i> de impressoras <i>laser</i> .	Comunicado interno (Linha Direta) e palestras
	Implementação das seguintes ações: contratação de impressão departamental centralizada, implementação do VOIP para ligações internas (custo “0”), criação de logomarca interna para ações relacionadas ao meio ambiente, coluna de conscientização no jornal interno (“ECO Ligado”).	Diversas: orientações administrativas internas, comunicado interno (Linha Direta) e comunicação visual
	Projeto Coleta Seletiva de Lixo: conjunto de ações realizadas por esta Justiça Eleitoral, visando à implantação de coleta seletiva nos Municípios e Cartórios Eleitorais de todo o Estado, com a promoção de ações de conscientização dos Prefeitos, assim como da sociedade em geral.	Comunicado interno (Linha Direta) e palestras
	Campanha de Descarte de Medicamentos: a Coordenadoria de Assistência Médica Psicossocial (CAMPS), recebe remédios, vencidos ou não, visando dar a destinação correta a esses produtos.	Comunicado Interno (Linha Direta)





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## 8 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro LXI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2010	Exercício 2011
BRASIL	São Paulo	$\Sigma = 21$	$\Sigma = 21$
	Município de São Paulo	21	21
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>21</b>	<b>21</b>
EXTERIOR	PAÍS	$\Sigma$	$\Sigma$
	Cidade	-	-
Subtotal Exterior		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>21</b>	<b>21</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

Quadro LXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2010	Exercício 2011
BRASIL	São Paulo	$\Sigma = 46$	$\Sigma = 46$
	Município de São Paulo	46	46
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>46</b>	<b>46</b>
EXTERIOR	PAÍS	$\Sigma = 0$	$\Sigma = 0$
	Cidade	-	-
Subtotal Exterior		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>46</b>	<b>46</b>

Fonte: Banco de dados e controles de uso interno da Seção de Gestão de Contratos de Locação e Aquisição do TRE/SP



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do TRE/SP

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
070018	7107.00529.500-0	21	bom	101.914,77	29/11/2011	331.261,39	14.957,27	-----
070018	7107.00530.500-6	21	Muito bom	138.746,28	11/11/2010	378.073,70	14.992,39	-----
070018	7107.00532.500-7	21	bom	3.959.919,33	16/05/2011	23.400.000,00	27.081,00	-----
070018	7107.00613.500-7	21	Terreno	118.000,00	26/04/2011	144.631,66	14.816,37	-----
070018	7107.00614.500-2	21	Terreno	140.000,00	11/11/2010	165.013,31	14.816,37	-----
070018	7107.00646.500-7	21	Terreno	130.000,00	11/11/2010	184.672,80	14.816,37	-----
070018	7107.00648.500-8	21	bom	1.920.000,00	18/04/2009	5.559.368,09	14.816,37	-----
070018	7107.00776.500-4	21	bom	475.000,00	26/04/2011	674.273,94	15.016,15	-----
070018	7107.00778.500-5	21	bom	7.500.000,00	16/05/2011	12.702.000,00	18.503,83	-----
070018	7107.00780.500-6	21	bom	600.000,00	06/02/2012	659.578,16	15.114,83	-----
070018	7107.00782.500-7	21	bom	360.000,00	26/04/2011	602.098,86	15.073,05	-----
070018	7107.00784.500-8	21	bom	380.000,00	26/04/2011	574.609,72	15.531,03	-----
070018	7107.00786.500-9	21	** Regular	550.000,00	29/11/2011	1.091.099,99	14.816,37	-----
070018	7107.00810.500-8	21	bom	530.000,00	29/11/2011	1.091.871,84	15.133,50	-----
070018	7107.00818.500-1	21	bom	720.000,00	08/02/2010	1.005.295,55	19.603,60	-----
070018	7107.00820.500-2	21	** Regular	540.000,00	08/02/2010	686.362,70	15.093,06	-----



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do TRE/SP

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
070018	7107.00835.500-4	21	Novo	850.000,00	08/02/2010	980.025,03	15.120,50	-----
070018	7107.00913.500-8	21	Muito bom	850.000,00	11/11/2010	870.991,01	15.727,01	-----
070018	7107.00934.500-2	21	bom	280.000,00	06/02/2012	430.622,10	16.972,15	-----
070018	7107.00936.500-3	21	bom	290.000,00	29/11/2011	397.632,65	15.704,28	-----
070018	7107.00938.500-4	21	bom	800.000,00	29/11/2011	823.047,75	19.552,18	-----
<b>Total</b>							343.257,68	-----

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

Análise crítica: A gestão dos imóveis de propriedade deste Tribunal foi satisfatória, restando apenas as seguintes considerações:

- Em relação aos imóveis classificados pelos RIP n.º **7107.00613.500-7**, n.º **7107.00614.500-2**, n.º **7107.00646.500-7**, está em tramitação processo SADP n.º 80.852/2011 propondo a entrega desses imóveis à Secretaria do Patrimônio da União.
- (\*\*) No caso do imóvel classificado pelo RIP n.º **7107.00820.500-2**, estão sendo elaborados Projetos Básico e Executivo pela SGS/CGMP/ScME para contratação de empresa para execução da reforma do imóvel, prevista para iniciar em 2013, com duração estimada em 120 dias.
- (\*\*) Para o imóvel classificado pelo RIP n.º **7107.00786.500-9**, estão sendo elaboradas as especificações para contratação do projeto de reforma do imóvel. A previsão de entrega das especificações para contratação do projeto é para 2013.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

## 9 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro LXV – Gestão de TI da UJ

Quesitos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					134 servidores (37 da carreira de TI, 97 de outras carreiras) 19 terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					10 %
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: O questionário foi respondido por representantes da STI e respectivas coordenadorias.					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de avaliação:</b> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**10 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO**

Quadro LXVI – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	TC 021.566/2006-0	61/2009 - Plenário	1	RE	Of. 0234/2011-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
1) providencie, nos termos do art. 3º da IN/TCU n.º 55/2007, para cada servidor da relação abaixo, o lançamento do respectivo desligamento no sistema Sisac, na hipótese de o servidor já ter se desligado desse órgão/entidade quando da posse em outro cargo, emprego ou função pública.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas					-
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Foi feito o lançamento dos atos de desligamento dos servidores no sistema Sisac: Elias José Pudeulko e Josimara Simoncelli					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Depois da inclusão dos respectivos lançamentos dos atos de desligamento dos servidores supracitados, a Secretaria de Controle Interno, através do Ofício TRE – SP n.º 4058/2011, de 18/08/2011, encaminhou as respectivas correções ao Tribunal de Contas da União – TCU.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A adoção da respectiva providência foi medida observada pela unidade a fim de atender à determinação do TCU.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXVII – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 014.770/2009-9	199/2011 – TCU Plenário	9.1 9.1.1 9.1.2 9.1.3 9.1.4 9.1.5 9.2	DE	Ofício n.º 361/2011 TCU/SECEX-SP SADP n.º 28.787/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.1. determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, <b>São Paulo</b>, Sergipe e Tocantins que</p> <p>9.1.1. encaminhem a este TCU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, plano de ação que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores cujas requisições contrariem os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei n.º 6.999/1982, bem como a adequação do percentual de serventuários requisitados ou cedidos de outros órgãos às disposições do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 88/2009;</p> <p>9.1.2. façam constar dos processos de requisição de pessoal justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade, caso ainda não o façam;</p> <p>9.1.3. adotem medidas no sentido de que as requisições de servidores para atuarem nos cartórios eleitorais e nas secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais sejam feitas em caráter temporário, com prazo previamente determinado e sem identificação nominal do servidor, em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, deixando a cargo do órgão ou entidade cedente a escolha, entre aqueles que atendam os requisitos para o desempenho das atividades pretendidas pelo requisitante, do servidor a ser cedido à Justiça Eleitoral;</p> <p>9.1.4. abstenham-se de designar servidores requisitados para ocupar a função de chefe de cartório eleitoral, seja na condição de efetivo ou substituto;</p> <p>9.1.5. somente requisitem ou prorroguem a requisição de pessoas com vínculo efetivo com a administração pública, caso ainda não o façam;</p> <p>9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP que se abstenha de requisitar servidores para a limpeza de zonas eleitorais do interior e da capital.</p> ”					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXVIII – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas	-
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>Encaminhado o Ofício TRE/SP n.º 1.404/2011 e respectivo anexo contendo respostas às determinações exaradas no Acórdão TCU n.º 199/2011, bem como o plano de ação para a devolução dos servidores requisitados e Ofício –Circular 4552/2010 do TSE sobre a aplicação do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 8/2009.</p> <p>Cabe ainda esclarecer:</p> <p>Item 9.1.1 – Foram tomadas as providências para a adequação do número de requisitados ao estabelecido pela Lei n.º 6.999/1982 e Resolução TSE n.º 23.255/2010. Entre as adequações efetuadas estão a relotação e o desligamento dos servidores requisitados na Secretaria acima do período de um ano de exercício.</p> <p>9.1.2 – Foram incluídas no formulário de requisição disponibilizada na Intranet deste Regional : a exigência da apresentação de justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo Cartório; a relação das atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral; e a inclusão do período necessário de duração da requisição no âmbito deste Tribunal.</p> <p>9.1.3 – Determinado estudo sobre a requisição inominada de servidores, buscando subsídios nos demais Regionais Eleitorais que possuem experiência nessa forma de solicitação de servidores.</p> <p>9.1.4 – Quanto à chefia cartorária, este Regional já adotou as medidas necessárias para que os servidores do quadro ocupassem-nas, todavia, situações excepcionais existem em razão da grande rotatividade dos servidores da carreira do judiciário, o que torna forçoso que, eventual e temporariamente, a chefia recaia sobre o requisitado, não olvidando que o quadro de servidores nas zonas eleitorais é extremamente limitado, restrito a 2 (dois) servidores.</p> <p>9.1.5 – Nada a providenciar uma vez que as requisições no âmbito desta Casa sempre recaem sobre servidores vinculados à administração pública.</p> <p>9.2 – Os servidores que exercem no seu órgão de origem a função de auxiliar de limpeza não mais foram requisitados para exercício neste Tribunal.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Determinação cumprida	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Fator Humano. Servidores que estavam conosco há muito tempo e tiveram que ser desligados	



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXIX – Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	011.315/2010-5	330/2011 - TCU- PLENÁRIO	9.2 9.2.1 9.2.2 9.2.3	DE	Ofício n.º 361/2011 TCU/SECEX-SP SADP n.º 28.787/2011
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>“9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, informe a esta Corte de Contas</p> <p>9.2.1. o lugar de lotação dos servidores requisitados, se em secretarias ou cartórios eleitorais;</p> <p>9.2.2. o período de tempo em que cada servidor atualmente requisitado presta serviços ao TRE/SP;</p> <p>9.2.3. o tempo e a quantidade de servidores do TRE/SP que estejam cedidos a outros órgãos “</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas					-
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Ofício TRE/SP n.º 1533/2011 e respectivos anexos contendo repostas às determinações exaradas no Acórdão TCU n.º 330/2011 foi entregue em mãos pelo Presidente deste Tribunal Walter de Almeida Guilherme ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Substituto Doutor Marcos Bemquerer Costa, em reunião realizada naquela Corte de Contas no dia 14 de março de 2011.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Determinação cumprida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXX – Situação das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC – 020.334/2007-0	887/2010 - Primeira Câmara	1.5.1.1	DE	Ofício n.º 655/2010 TCU/SECEX-SP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno – Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo					-
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.1. efetivamente houve a ocupação dos imóveis correspondentes às novas Zonas Eleitorais construídas (246ª ZE, 257ª ZE, 326ª ZE, 255ª ZE e 347ª ZE);"					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Serviços					-
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>As zonas eleitorais 257ª - Vila Prudente, a 246ª - Santa Amaro e a 326ª- Ermelino Matarazzo permanecem em instalações locadas por este Tribunal, em razão da impossibilidade de se construírem imóveis próprios para abrigá-las. As sucessivas restrições orçamentárias para a consecução dos projetos, bem como o lento trâmite para sua aprovação na autoridade municipal, foram aspectos que dificultaram o início das obras.</p> <p>Em relação à 257ª Z.E – Vila Prudente, somente em 03/04/2009 foi expedido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo alvará de aprovação e execução de edificação. De posse do documento autorizatório, este Regional promoveu duas licitações na modalidade Tomada de Preços, respectivamente, n.ºs 07/2009 e 09/2009, com o objetivo de contratar empresa para a execução das obras necessárias. Ambas resultaram “desertas”. Ainda num esforço de viabilizar a obra, aventou-se a possibilidade de se realizar a contratação por dispensa de licitação, nos termos do disposto no inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/1993, ocasião em que foram consultadas três construtoras. No entanto, nenhuma delas apresentava a regularidade documental que as autorizasse a contratar com a administração pública.</p> <p>Nesse sentido, tramita neste Tribunal a representação SADP n.º 80852/2011 que, entre outras providências, estuda a possibilidade de entrega dos terrenos localizados na Vila Prudente, Santo Amaro e Ermelino Matarazzo à Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista não mais atenderem às necessidades que a realização dos trabalhos eleitorais requer.</p>					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXX – Situação das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

**Justificativa para o seu não cumprimento:**

Quanto à 246ª Zona Eleitoral – Santo Amaro a autorização da municipalidade para o início das obras só foi outorgada em 30/09/2010. Ocorre que em decorrência dos trâmites burocráticos que impediram este Regional de iniciar as obras de construção das unidades cartorárias, houve significativas mudanças nas rotinas de trabalho dos Cartórios Eleitorais, fato que criou um descompasso entre aquilo que foi projetado à época das aquisições dos terrenos e as necessidades de espaço e acomodações que as atividades atualmente requerem.

A 326ª Z.E. – Ermelino Matarazzo encontra-se na mesma situação de descompasso entre o projeto aprovado e a realidade atual, aspecto que, somado às experiências com as 246ª Z.E e 257ª Z.E, levou a Administração a reavaliar a conveniência em se manter a política de aquisição de terrenos para construção de cartórios.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Além das sucessivas restrições orçamentárias que impossibilitaram as contratações, com o decorrer dos anos observamos que não é mais vantajoso para a administração a aquisição/construção de imóveis para Cartórios Eleitorais, em razão do elevado custo de manutenção e da deficiência de pessoal para realizar a manutenção preventiva, como por exemplo, nos quatorze cartórios que se encontram instalados em imóveis próprios, alguns se tornaram inadequados face a nova realidade, outros necessitam de grandes reformas, obrigando a contratação de empresas especializadas para a elaboração de projetos e posteriormente contratação para a execução de obras, o que demanda muito tempo, custos, além da necessidade de se conciliar a disponibilidade orçamentária com o sucesso nas contratações.

Essas experiências levaram a administração a optar pelas locações de imóveis, onde são negociadas as adequações necessárias à instalação do cartório previamente com os proprietários, além da alternativa de mudança de imóvel, quando não atender mais a realidade do cartório.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXI – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	TC 011.146/2006-2	2.158/2006 E 3.299/2007	9.2	DE	Of. TCU 3704/2006
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.2.determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Amapá, Amazonas, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo que, tendo em vista o que dispõem a Lei n.º 10.482/2004 e Resolução TSE n.º 21.832/2004, substituam, até 31/12/2006, se ainda não o fizeram, todos os servidores requisitados que exercem a função de Chefe de Cartório Eleitoral (inclusive eventuais pessoas sem vínculo com a Administração Pública detentoras do cargo em comissão equivalente, CJ-1 ou CJ-2, por servidores efetivos dos seus respectivos quadros de pessoal.					
<b>Justificativa apresentada pelo não cumprimento</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas					-
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Há Zonas Eleitorais sem servidores do Quadro; ocorrência de licenças médicas e demais afastamentos de servidores do Quadro; atualmente, existem 12 Zonas Eleitorais do Interior cujas chefias são exercidas por requisitados a saber: 377ª, 363ª, 344ª, 341ª, 281ª, 232ª, 164ª, 163ª, 152ª, 127ª, 88ª, 53ª					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
O último concurso público realizado por este Tribunal havia expirado em dezembro de 2010 e somente em 2012 será realizado novo concurso. Desta forma, não houve ingresso de servidores do Quadro nos Cartórios do Interior durante o exercício de 2011, o que impossibilitou o cumprimento integral da determinação.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXII – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	TC 005.055/2007-9	2158/2006 – Plenário e 3299/2007 – 1ª Câmara	1.1.1	DE	Of. TCU 3704/2006
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
1.1.1. nos termos do Acórdão n.º 2.158/2006 – Plenário, da Lei n.º 10.842/2004 e da Resolução TSE n.º 21.832/2004, adote as providências necessárias com vistas a completar as substituições de todos os servidores requisitados que exercem a função de Chefe de Cartório Eleitoral (inclusive eventuais pessoas sem vínculo com a Administração Pública detentoras do cargo em comissão equivalente, CJ-1 ou CJ-2) por servidores efetivos do seu quadro de pessoal, sob pena de descumprimento de decisão desta Corte e sujeição do responsável às penalidades cabíveis, de acordo com o art. 58, inciso VII, da Lei n.º 8.443/1992					
<b>Justificativa apresentada pelo não cumprimento</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas					-
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Há Zonas Eleitorais sem servidores do Quadro; ocorrência de licenças médicas e demais afastamentos de servidores do Quadro; atualmente, existem 12 Zonas Eleitorais do Interior cujas chefias são exercidas por requisitados a saber: 377ª, 363ª, 344ª, 341ª, 281ª, 232ª, 164ª, 163ª, 152ª, 127ª, 88ª, 53ª					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
O último concurso público realizado por este Tribunal havia expirado em dezembro de 2010 e somente em 2012 será realizado novo concurso. Desta forma, não houve ingresso de servidores do Quadro nos Cartórios do Interior durante o exercício de 2011, o que impossibilitou o cumprimento integral da determinação.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXIII – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	TC 011.585/2007-0	3672/2008 – TCU 1ª Câmara	1.5.1 1.5.2 1.5.3	DE/RE	Of. 2358/2008-TCU SECEX/SP
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
1.5.1. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo que: 1.5.1.1. promova, prioritariamente, o retorno dos servidores da área de educação requisitados ao órgão de origem na medida em que forem sendo preenchidas as vagas disponíveis; 1.5.1.2. elabore e implemente um plano para a devolução dos demais servidores requisitados aos seus órgãos e entidades públicas de origem, encaminhando o plano ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando as medidas de apoio necessárias à adequação da estrutura funcional do órgão; 1.5.2. recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo que verifique a possibilidade de nomear os candidatos aprovados e classificados nos recentes concursos públicos, dentro do número de vagas disponíveis, caso os concursos ainda estejam dentro do seu prazo de validade e haja disponibilidade orçamentária para tal; 1.5.3. determinar ao Controle Interno do TRE/SP que faça constar, nos próximos processos de contas do órgão, informações sobre o monitoramento das determinações supra.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão de Pessoas					-
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
1.5.1.1. à medida que servidores do quadro iniciem exercício há desligamento de servidor requisitado que ultrapasse os limites impostos pela Lei n.º 6.999/1982; 1.5.1.2. encaminhado o Ofício TRE/SP n.º 1.404/2011 contendo plano de ação para devolução dos servidores requisitados a fim de se adequar aos limites estabelecidos pela Lei n.º 6.999/1982 e Resolução TSE n.º 23.255/2010. Observa que haverá necessidade de criação de aproximadamente 2.347 cargos efetivos para que, uma vez providos, se possa evitar a utilização do instituto da requisição.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprimento paulatino das determinações.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Dependência da criação dos cargos efetivos – fator negativo. Nos últimos anos, houve um decréscimo do número de requisitados, uma vez que as unidades de origem instituíram gratificações a seus servidores que não foram estendidas para os que se encontram afastados junto a esta justiça especializada.					



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**11 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES  
REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, APRESENTANDO AS  
JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO**

Não houve recomendações da Unidade de Controle Interno deste Regional.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**12 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO COMO PREVISTO NOS ARTS. 40 A 43 DA LEI N.º 9.096/95, BEM COMO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DA DN TCU 107/2010**

Quadro LXXIV - Relação dos Diretórios de Partidos do Estado

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
DEM	Democratas	25	11/09/1986	Jorge Tadeu Mudalen	20/08/11 A 31/03/12
PC Do B	Partido Comunista do Brasil	65	23/06/1988	Nadia Campeão	10/11/2011 - INDETERM
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	09/05/1996	Edmilson Silva Costa	06/06/2011 A 06/06/2014
PCO	Partido da Causa Operária	29	30/09/1997	Júlio Marcelino de Souza	29/06/2002 - INDETERM
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	10/11/1981	Paulo Pereira da Silva	02/02/2012 - INDETERM
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	20/03/1997	Severino Ferreira dos Santos	24/05/2010 A 14/05/2013
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	30/06/1981	Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi	17/12/2011 - INDETERM
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	25/10/1990	Lucas Albano Ribeiro dos Santos	14/05/2010 - INDETERM
PP	Partido Progressista	11	16/11/1995	Paulo Salim Maluf	22/05/2011 - INDETERM
PPL	Partido Pátria Livre	54	04/10/2011	Miguel Manso Perez	02/08/2009 - 10/10/2013
PPS	Partido Popular Socialista	23	19/03/1992	David Zaia	21/12/2011 - INDETERM
PR	Partido da República	22	19/12/2006	José Tadeu Candelária	13/02/2007 - INDETERM
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	25/08/2005	Vinicius Rapozo de Carvalho	10/01/2012 - INDETERM
PRP	Partido Republicano Progressista	44	29/10/1991	Ovasco Roma Altimari Resende	30/11/2009 - INDETERM



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXV - Relação dos Diretórios de Partidos do Estado

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	01/07/1988	Márcio Luiz França Gomes	30/10/2008 - INDETERM
PSC	Partido Social Cristão	20	29/03/1990	Gilberto Nascimento Silva	09/12/2010 - INDETERM
PSD	Partido Social Democrático	55	27/09/2011	Gilberto Kassab	09/02/2012 - INDETERM
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	24/08/1989	Pedro Tobias	07/05/2011 - INDETERM
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	05/08/1997	Jose Maria Eymael	15/06/2011 A 15/06/2012
PSL	Partido Social Liberal	17	02/06/1998	Roberto Siqueira Gomes	16/10/2011 A 15/10/2013
PSOL	Partido Socialismo E Liberdade	50	15/09/2005	Paulo Roberto Bufalo	12/07/2009 - INDETERM
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	19/12/1995	Dirceu Travesso	20/06/2011 A 20/06/2013
PT	Partido dos Trabalhadores	13	11/02/1982	Edson Antonio Edinho da Silva	01/03/2010 A 20/02/2014
PT Do B	Partido Trabalhista do Brasil	70	11/10/1994	Antônio Rodriguez Fernandez	11/06/2010 - INDETERM
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	03/11/1981	Antônio Carlos de Campos Machado	24/05/2008 - INDETERM
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	22/02/1990	Ciro Tiziani Moura	06/08/2001 - INDETERM
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	02/10/1997	Renata Hellmeister de Abreu	14/01/2012 - INDETERM
PV	Partido Verde	43	30/09/1993	Marco Antonio Mróz	08/03/2010 A 31/12/2012

Fonte: SGIP - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias disponível em:

<http://www.tse.jus.br/sadJudSGIP/paramPesquisaOrgaoPartidario.jsp>

<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXVI – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2011	2010	2009
DEM	contas ainda não prestadas	216.000,00	198.000,00
PC do B	contas ainda não prestadas	-	-
PCB	contas ainda não prestadas	-	-
PCO	contas ainda não prestadas	-	-
PDT	contas ainda não prestadas	-	-
PHS	contas ainda não prestadas	-	-
PMDB	contas ainda não prestadas	1.582.939,74	1.481.414,55
PMN	contas ainda não prestadas	-	-
PP	contas ainda não prestadas	282.000,00	275.000,00
PPL	contas ainda não prestadas	-	-
PPS	contas ainda não prestadas	-	-
PR	contas ainda não prestadas	1.607.212,75	436.977,73
PRB	contas ainda não prestadas	-	21.000,00
PRP	contas ainda não prestadas	-	-
PRTB	contas ainda não prestadas	-	-
PSB	contas ainda não prestadas	1.362.312,26	661.231,31
PSC	contas ainda não prestadas	-	-
PSD	contas ainda não prestadas	-	-
PSDB	contas ainda não prestadas	-	939.035,87
PSDC	contas ainda não prestadas	-	-
PSL	contas ainda não prestadas	-	-
PSOL	contas ainda não prestadas	161.396,83	165.338,14
PSTU	contas ainda não prestadas	-	-
PT	contas ainda não prestadas	375.111,84	-
PT do B	contas ainda não prestadas	-	-
PTB	contas ainda não prestadas	-	-
PTC	contas ainda não prestadas	222.000,00	161.000,00
PTN	contas ainda não prestadas	-	-
PV	contas ainda não prestadas	-	-
<b>TOTAIS</b>		<b>5.808.973,42</b>	<b>4.338.997,60</b>

Fonte: Prestações de contas dos diretórios nacionais e Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias do TSE



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXVII – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2011
DEM	25/03/2011	106-47.2011.6.26.0000	AP
PC DO B	02/05/2011	153-21.2011.6.26.0000	AN
PCB	contas não prestadas	1601-29.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PCO	contas não prestadas	1626-42.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PDT	29/04/2011	146-29.2011.6.26.0000	AN
PHS	contas não prestadas	1602-14.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PMDB	29/04/2011	141-07.2011.6.26.0000	AN
PMN	contas não prestadas	1603-96.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PP	02/05/2011	154-06.2011.6.26.0000	AN
PPL	partido não existia	-	-
PPS	29/04/2011	143-74.2011.6.26.0000	AN
PR	25/04/2011	134-15.2011.6.26.0000	AN
PRB	29/04/2011	142-89.2011.6.26.0000	AN
PRP	26/04/2011	133-30.2011.6.26.0000	AN
PRTB	02/05/2011	151-51.2011.6.26.0000	AN
PSB	29/04/2011	140-22.2011.6.26.0000	AN
PSC	02/05/2011	156-73.2011.6.26.0000	AN
PSD	partido não existia	-	-
PSDB	25/04/2011	132-45.2011.6.26.0000	AN
PSDC	02/05/2011	158-43.2011.6.26.0000	AN
PSL	29/04/2011	147-14.2011.6.26.0000	AN
PSOL	29/04/2011	148-96.2011.6.26.0000	AN
PSTU	02/05/2011	155-88.2011.6.26.0000	AN
PT	29/04/2011	149-81.2011.6.26.0000	AN
PT DO B	contas não prestadas	1604-81.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PTB	11/05/2011	169-72.2011.6.26.0000	AN
PTC	29/04/2011	144-59.2011.6.26.0000	AN
PTN	contas não prestadas	1605-66.2011.6.26.0000	contas não prestadas
PV	29/04/2011	145-44.2011.6.26.0000	AN

Fonte: SADP/LFOR

Quadro LXXVIII – Diretórios Estaduais que não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2010

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PCB	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário
PCO	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário
PHS	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário
PMN	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário
PT DO B	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário
PTN	Suspensão de Cotas do Fundo Partidário

Fonte: SADP



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

Quadro LXXIX – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2010	2009	2008	2007	2006
DEM	AP	AR	AP	AR	AP
PC DO B	AN	NA	RE	RE	RE
PCB	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas
PCO	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas
PDT	AN	RE	RE	RE	DP
PHS	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas
PMDB	AN	AR	AN	RE	AR
PMN	não prestadas	não prestadas	AN	RE	RE
PP	AN	NA	RE	RE	RE
PPL	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
PPS	AN	NA	AN	RE	DP
PR	AN	AP	AP	AP	(*)
PL	(*)	(*)	(*)	(*)	AR
PRB	AN	DP	RE	DP	DP
PRP	AN	RE	DP	DP	DP
PRTB	AN	RE	RE	DP	DP
PSB	AN	NA	AN	RE	RE
PSC	AN	NA	RE	DP	DP
PSD	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
PSDB	AN	RE	AN	RE	RE
PSDC	AN	NA	RE	RE	RE
PSL	AN	DP	DP	DP	DP
PSOL	AN	NA	RE	RE	RE
PSTU	AN	NA	não prestadas	AN	RE
PT	AN	NA	RE	AN	NA
PT DO B	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas
PTB	AN	NA	RE	DP	DP
PTC	AN	AR	RE	RE	DP
PTN	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas	não prestadas
PV	AN	NA	RE	RE	DP

**LEGENDA:**

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

(\*) Extinção, fusão, criação posterior

Fonte SADP



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

### **13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Relatório Anual de Gestão de 2011, conforme as informações prestadas pelas Unidades da Secretaria do TRE/SP, demonstra a lisura e a transparência na aplicação dos recursos públicos. Os atos e fatos administrativos que permitiram a realização das despesas foram efetuados de acordo com o Plano de Contas da Administração Pública Federal, estando registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Atento aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo pautou todas as suas ações buscando a realização de atividades administrativas que culminaram em uma melhor prestação jurisdicional.

Foram cumpridas as disposições da Lei n.º 4.320/1964, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei Orçamentária Anual – LOA e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Foram atendidas as prescrições das Leis n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002.

Desse modo, para o cumprimento da visão definida no Planejamento Estratégico “ser reconhecido como referência de gestão pública e de atendimento ao cidadão, consolidando a credibilidade da Justiça Eleitoral Paulista”, este TRE/SP está trabalhando no sentido de aprimorar o atendimento ao público, promover a responsabilidade social (cidadania) e a sustentabilidade, garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes sobre as novas técnicas administrativas, motivar e comprometer os magistrados e servidores com a execução estratégica e assegurar os recursos orçamentários para a execução dos objetivos estratégicos traçados para o exercício em referência.

São Paulo, em 28 de maio de 2012.

**Alceu Penteado Navarro**  
Presidente

**Jade Almeida Prometti**  
Diretora-Geral

**Cláudio Cristiano Abreu Corrêa**  
Secretário de Orçamento e Finanças



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**ANEXO I – Declaração do Responsável pelo Sistema SIASG**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os fins a que se destina, que as informações referentes aos contratos firmados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo vem sendo cadastradas e encontram-se disponíveis e atualizados no Sistema SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 12.309, de 09/08/2010. Relativamente ao Sistema SICONV não se aplica a esta Unidade Jurisdicional, uma vez que não celebrou ajustes, tais como convênios, contratos de repasse, ou termo de cooperação, envolvendo transferências de recursos da União, nos termos do Decreto n.º 6.170/2007.

São Paulo, 28 de maio de 2012.

Lauro Santiago de Souza e Silva  
Chefe da Seção da Gestão de Contratos de Serviços e Obras

Luciana de Oliveira Silva  
Chefe de Seção de Gestão de Contratos de Locação e Aquisição



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2011**

**ANEXO II – Declaração do Contador**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO		070018	
<p>Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Data</b>	<b>28/05/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Rute Tiemi Takehara Otiai</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>1SP 153815/O-5</b>